



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

LEANDRO LIMA DOS SANTOS

**O TRABALHO “INVISÍVEL” DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
DE CACHOEIRA/BA**

CACHOEIRA/BA
2019

LEANDRO LIMA DOS SANTOS

**O TRABALHO “INVISÍVEL” DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
DE CACHOEIRA/BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.
Orientador: Prof. Dr. Bruno José Rodrigues Durães.

CACHOEIRA/BA
2019

S237 Santos, Leandro Lima dos
O trabalho "invisível" dos catadores de recicláveis de Cachoeira -
Ba. / Leandro Lima dos Santos. Cachoeira, BA, 2019.
74f.

Orientação: Prof. Dr. Bruno José Rodrigues Durães.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e
Letras, Curso de Serviço Social

1. Catadores de lixo – Cachoeira -BA. 2. Lixo – Eliminação –
Aspectos Sociais. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,
Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 363.728

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (*Bibliotecária – CRB-5/ 1396*)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me proporcionar a experiência de estar numa universidade federal e alcançar a formação acadêmica, além de agregar valores enquanto cidadão.

Para realização desse trabalho contei com a ajuda de muitas pessoas que me apoiaram e incentivaram a concretizar a pesquisa desse tema tão rico.

Sou grato ao apoio da minha família que principalmente nos momentos em que o desgaste da jornada era maior, me incentivavam a seguir em frente contribuindo para que eu pudesse concluir a caminhada, minha mãe Maria Aleluia Lima dos Santos, meu pai Alfredo Santos, minha esposa Maria do Carmo Soares da Silva e minha irmã Eliziane Lima dos Santos, meu irmão Cleidson Lima dos Santos aos meus avós maternos, paternos (em memória), meus tios e tias que sempre estão dispostos a me animar na dificuldade.

Agradeço ao meu orientador Bruno Durães pela paciência, dedicação e confiança na minha capacidade em concluir essa etapa da graduação.

Aos meus colegas de sala com os quais dividi muitos momentos dessa trajetória tornando o percurso menos desgastante, porém tenho destacar entre todos meus colegas Kátia Maria Moreira companheira de tardes de estudo.

Aos meus colegas e vizinhos Alessandra e João Paulo pessoas pelas quais tenho grande estima.

Aos professores e professoras do colegiado de Serviço Social pela dedicação em compartilhar o conhecimento comigo e com meus colegas contribuindo para nossa formação.

Por fim, porém não menos importantes agradeço aos catadores e catadoras de materiais recicláveis que contribuíram com seus depoimentos para enriquecer minha pesquisa.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS.

Quadro 1- Municípios brasileiros com coleta seletiva em 2018

Quadro 2- Quantidade de municípios por tipo de disposição final adotada

Figura 1- Regionalização dos municípios com coleta seletiva no Brasil

Figura 2- Agentes executores da coleta seletiva municipal

Figura 3- Linha do tempo da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

SIGLAS QUE APARECEM NO TRABALHO

ASMARE- Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CBO- Classificação Brasileira de Ocupações

CEBs- Comunidades Eclesiais de Base

CMDS- Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento sustentável

CNUDS- Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

CNUMAD- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento

COOPAMARE- Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

MNCR- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

OAF- Organização de Auxílio Fraternal

ONU- Organizações das Nações Unidas

PNQP- Projeto Nacional de Qualificação Profissional

PNRS- Política Nacional dos Resíduos Sólidos

PNSB- Política Nacional de Saneamento Básico

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RSU- Resíduos sólidos Urbanos

SUS- Sistema Único de Saúde

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para Infância

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo o estudo das condições de vida dos catadores (as) de material reciclável em Cachoeira no Recôncavo da Bahia. A análise inicial gira em torno da questão da degradação ambiental como resultado da ação do homem na busca de atender ao imperativo da produção e consumo da sociedade capitalista refletindo na produção exagerada de resíduos. Durante o desenvolvimento da pesquisa várias questões se desnudam como: a falta de oportunidade dos catadores para vender sua força de trabalho no mercado formal de trabalho, com isso é relatado assuntos como precarização do trabalho, jornada de trabalho, desigualdade social, discriminação do trabalho, dificuldades cotidianas etc. Todos esses fatores juntos acarretam em pessoas sem vínculo empregatício e sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas e sem união para lutar por seus direitos. A metodologia de sustentação desse trabalho é análise de bibliografias pertinentes ao tema e a realização de 05 entrevistas qualitativas semiestruturadas com catadores (as) de Cachoeira. Com isso conseguimos elencar elementos que revelam o cotidiano de trabalho dos catadores de materiais recicláveis realizando sua atividade em condições precárias, expostos a acidentes de trabalho, de forma individual, além da invisibilidade social e institucional a qual esses trabalhadores são submetidos o que implica num trabalho degradante e socialmente tratado como invisível.

Palavras- Chave: Cachoeira, Catadores, Trabalho, material reciclável.

RESUME

This work aims to study the living conditions of recyclable material collectors in Cachoeira, Recôncavo da Bahia. The initial analysis revolves around the issue of environmental degradation as a result of man's action in the quest to meet the imperative of production and consumption of capitalist society, reflecting on the exaggerated production of waste. During the development of the research, several questions were revealed, such as: the lack of opportunity for waste pickers to sell their workforce in the market, with which subjects such as job insecurity, working hours, social inequality, work discrimination, daily difficulties are reported. etc. All of these factors together result in people without employment and without any guarantee of labor rights and without union to fight for their rights. The methodology to

support this work is analysis of bibliographies pertinent to the theme, 05 semi-structured qualitative interviews with scavengers from Cachoeira. With this we were able to list elements that reveal the daily work of recyclable material collectors performing their activity in precarious conditions, exposed to work accidents, individually, in addition to the social and institutional invisibility to which these workers are subjected which implies a job degrading. Thus, we sought to develop a work in which the activity of waste pickers plays a plural role in society, in which they put their lives at stake in search of survival, they carry out fundamental work with little or no social appreciation.

Keywords: waterfall, collectors, work, recyclable material.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
1 O MEIO AMBIENTE E OS DESENCONTROS COM A SUSTENTABILIDADE NO CAPITALISMO	11
1.1 Sociedade e meio ambiente.....	11
1.2 Consumo e suas implicações	15
1.3 Capitalismo e o desenvolvimento sustentável como possibilidade de sua manutenção ..	20
2 TRABALHO DE CATADOR: Uma revisão bibliográfica.....	26
2.1 Catador: Uma forma de Precarização do Trabalho.....	26
2.2 O Desafio dos Resíduos Sólidos e a Organização em Cooperativas	31
2.3 Reivindicações, direitos e proteção	40
3 VIDA DE CATADOR: UM OLHAR SOBRE O COTIDIANO DO TRABALHO DOS CATADORES DE CACHOEIRA.	46
3.1 Caracterização do município	46
3.2 Catadores de Cachoeira: visão sobre trabalho, direitos e reivindicações.	47
3.3 Catador de material reciclável: perspectiva sobre o trabalho	49
3.4 Busca pelo sustento, risco e insegurança nas ruas de Cachoeira	53
3.5 Catador de material reciclável reconhecimento e valorização.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
APÊNDICE	67

INTRODUÇÃO

O catador de material reciclável representa uma categoria que vem se avolumando no cenário das cidades brasileiras, sua presença está vinculada a urbanização e ao processo de industrialização ocorrido no país.

A escolha do tema ocorreu a partir do contato estabelecido com um casal de catadores que recolhiam materiais recicláveis no domicílio de meus parentes, os quais selecionavam materiais recicláveis para o casal, em um desses dias que os catadores foram recolher o material selecionado, presenciei aquela situação que acabou me despertando o interesse em saber mais sobre esse tipo de trabalho e, em vista disso, também passei a separar o material reciclável do lixo, pois, até então, não tinha conhecimento desse tipo de atividade no município de Cachoeira.

Para Cardoso (2019) existe uma quantidade expressiva de catadores de materiais recicláveis no Brasil, chegando a mais de um milhão de brasileiros, ele acrescenta que são quatro milhões na América Latina e que no mundo o número de recicladores pode alcançar a quantidade de quinze milhões de pessoas.

Compreendidos enquanto pessoas vítimas das desigualdades sociais (de um processo histórico e geracional de exclusão), evidenciadas pela baixa escolaridade além da falta de qualificação profissional, e em muitos casos na condição de morador de rua entre outras situações. Os catadores se caracterizam por estarem em situação de exclusão do mercado formal de trabalho o que nos dias atuais é uma situação vivenciada por uma parcela considerável da população.

No entanto em busca da sobrevivência esses catadores desenvolvem um trabalho de grande importância para sociedade, principalmente no contexto em que se destacam os debates em torno do problema dos resíduos sólidos urbanos, que se apresentam enquanto um risco para a sociedade.

Todavia, não recebem a devida atenção dos órgãos públicos, e não tem recebido apoio consistente das instituições. Para Cardoso (2019) a despeito da negligência e das adversidades enfrentadas pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis eles realizam mais de 90% do trabalho de recuperação dos materiais recicláveis, utilizando como instrumentos para esse trabalho prioritariamente a força física e, principalmente, seu conhecimento.

Em virtude disso, procurou-se averiguar: Quais as dificuldades cotidianas vivenciadas pelos catadores de recicláveis em uma cidade de pequeno porte do interior da Bahia?

Assim, o objetivo geral da pesquisa esta voltado para discutir as dificuldades cotidianas vivenciadas pelos catadores de materiais recicláveis de uma cidade de pequeno porte do interior da Bahia.

Para atender a esta questão foram traçados os seguintes objetivos específicos: Identificar as dificuldades vivenciadas por catadores no cotidiano do trabalho; Discutir a coleta de materiais recicláveis na divisão social do trabalho e na questão ambiental; Apresentar a Política Nacional de Resíduos Sólidos a partir da valorização do trabalho dos catadores; Montar um perfil de quem são os catadores de Cachoeira.

Tendo em vista a consecução dos objetivos realizou-se como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, utilizando livros, artigos disponíveis em meio eletrônico, além da aplicação de entrevista estruturada para coleta de dados, contendo as mesmas perguntas para todos os participantes da pesquisa, e para dar andamento às análises dos dados obtidos realizou-se a análise de conteúdo das falas.

O trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro capítulo denominado “Meio ambiente e os desencontros com a sustentabilidade no capitalismo” o texto se desenvolve em torno da forma como a sociedade capitalista lida com a natureza, retirando os recursos para viabilizar a produção e o consumo, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas com a mudança para o modelo de produção flexível a sociedade foi direcionada a pautar-se pelo consumismo para atender os imperativos de acumulação do capitalismo. Em consequência disso os hábitos da sociedade de consumo passa a exercer pressão sobre o meio ambiente produzindo uma quantidade ainda maior de resíduos.

Suscitando, por isso, debates internacionais em torno de uma alternativa para compatibilizar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, tema que vem sendo pautado em conferências da Organização das Nações Unidas resultando no desenvolvimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

O segundo capítulo se desenvolve em torno da figura do catador de material reciclável enquanto um desses agentes viabilizadores do desenvolvimento sustentável pensado a partir das conferências com destaque para a Rio-92, falar sobre o surgimento desse profissional no Brasil, sua evolução e precarização do trabalho e a luta por reconhecimento, uma vez que, desenvolve um trabalho potencialmente benéfico para a sociedade e todavia ainda busca valorização e proteção para o exercício de sua atividade, visando uma inserção mais justa enquanto profissional.

No terceiro capítulo, apresentam-se os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com cinco catadores do município de Cachoeira em que buscamos compreender as

dificuldades vivenciadas por esses profissionais neste município de pequeno porte na Bahia e entender as relações estabelecidas pelos mesmos na sociedade.

1 O MEIO AMBIENTE E OS DESENCONTROS COM A SUSTENTABILIDADE NO CAPITALISMO

A temática ambiental é um assunto que repercute para toda sociedade, no entanto, mesmo tendo relevância global seu equacionamento parece estar distante de ser alcançado.

Objetiva-se neste capítulo desenvolver alguns apontamentos sobre a forma como a visão da natureza estabelecida na sociedade capitalista desencadeou um processo de degradação ambiental, uma vez que o ser humano se afirma enquanto dominador da natureza, tratando a natureza como posse e propriedade e, dessa forma, alterando e explorando conforme seus interesses.

Em decorrência do aspecto mencionado, a sociedade gera por outro lado um problema ambiental, transformado numa questão global para as nações do mundo, que, apesar dos debates políticos em torno da causa, materializados nos encontros e conferências ambientais, depara-se com o dilema do crescimento econômico em face da sustentabilidade do meio ambiente.

Com isso, coloca na essência do problema fatores fundamentais para a perpetuação do sistema capitalista, dentre os quais lucro/produção e consumo de mercadorias, o que imporia uma mudança de paradigma da sociedade contemporânea, o que evidentemente se apresenta até então num alto preço a ser pago.

1.1 Sociedade e Meio Ambiente

A degradação do meio ambiente é um problema que se agrava na atualidade e não poderá mais ser adiado ou deixado de lado em nome do ideário de “progresso” ou do dito desenvolvimento. Conforme Calgaro (2009, p.54): “Nesse sentido, o equilíbrio do ecossistema está, de certa maneira, sendo rompido aceleradamente, acarretando inúmeros desequilíbrios e perigos para a humanidade e a todos os seres vivos existentes”. Apesar da ação humana sobre a natureza ser antiga, sua percepção sobre os impactos gerados passa a ser problematizado com certo atraso.

Dessa maneira, a emergência da problematização da temática ambiental não se deu de forma espontânea, sendo impulsionada por fatos atrelados a intensa industrialização e pela busca de certo desenvolvimento econômico que visa essencialmente o lucro/produtividade em detrimento de uma série de outros aspectos, principalmente o ambiental. Segundo Hogan (2007, p.16) “[...] desastres ambientais provocados por episódios agudos de poluição atmosférica serviram como primeiros alertas à opinião pública quanto à questão ambiental.”.

Desse modo, afirma Hogan (2007) que o ocorrido em Donora na Bélgica em 1930 expressou o quanto a industrialização intensiva pode ser nociva à população, a névoa que levou a óbito sessenta pessoas revelou o nível de poluição atmosférica ocasionado pela indústria.

Fica evidente que a investigação de tais mortes era necessária no tocante aos impactos da poluição na saúde humana, ocorrendo com isso a sensibilização dos atores sociais, em especial a comunidade científica, além de impulsionar os embrionários protestos ambientalistas existentes contra a degradação atmosférica.

Outro incidente trazido pelo autor foi o ocorrido em Londres no ano de 1952, onde a névoa foi ignorada enquanto um avanço da poluição industrial da época, no entanto a quantidade de vítimas ocasionada por aquele fenômeno, estimada em quatro mil pessoas, mostrou-se extremamente elevado. A névoa que cobria aquela cidade já tinha se tornado característica marcante da paisagem londrina, logo, a inversão térmica que aprofundou a poluição foi subestimada pelas autoridades que, habituadas com aquele cenário, não o relacionou à causa das mortes, retardando as ações em combater a mortandade por causas respiratórias, em especial entre crianças e idosos, sendo a gravidade do ocorrido reconhecida posteriormente (HOGAN, 2007).

Estes relatos dentre outros de similar gravidade, apresentaram ao mundo o quanto a industrialização desenfreada pode ser perigosa, contudo, a inércia das autoridades em responder ao ocorrido refletia a ideologia liberal imperante sob a visão dominante de progresso a qualquer custo, seguindo a racionalidade do mercado.

A partir do agravamento da degradação ambiental no mundo, fica evidente a preocupação com o meio ambiente, principalmente pela institucionalização dos debates através da ONU (Organização das Nações Unidas). A organização da Conferência de Estocolmo em junho de 1972, se afirmou como o primeiro passo para tematizar a preservação do meio ambiente enquanto meio para melhoria do ambiente humano (SILVA, 2013a).

E a partir da conscientização deste problema, a humanidade passa a buscar soluções para amenizar os resultados gerados pelas relações de produção do sistema capitalista, suscitando dúvidas quanto à coerência dos paradigmas adotados na sociedade até então. O que, segundo Santos (1991, p. 05) demonstra que: O homem se torna fator geológico, geomorfológico, climático e a grande mudança vem do fato de que os cataclismos naturais são um incidente, um momento, enquanto hoje a ação antrópica tem efeitos continuados, e cumulativos, graças ao modelo da vida adotado pela Humanidade. Daí vem os graves problemas de relacionamento entre a atual civilização material e a natureza.

Desta forma, o ser humano rompe com o processo metabólico da natureza, extraindo seus recursos em prol de seus objetivos e utiliza de suas descobertas tecnológicas científicas e econômicas. Esse fenômeno impulsiona o ser humano a intervir de forma intensiva sobre as estruturas naturais, culminando em alterações irreparáveis no planeta (RAMPAZZO, 1996). Sobre isso, esclarece Capra (1996, p. 24):

Nos séculos XVI e XVII, a visão de mundo medieval, baseada na filosofia aristotélica e na teologia cristã, mudou radicalmente. A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como uma máquina, e a máquina do mundo tornou-se a metáfora dominante da era moderna. Essa mudança radical foi realizada pelas novas descobertas em física, astronomia e matemática, conhecidas como Revolução Científica e associadas aos nomes de Copérnico, Galileu, Descartes, Bacon e Newton.

O conhecimento humano passa, portanto, a dominar plenamente a natureza, empregando-a não para satisfação de necessidades básicas, mas, sobretudo, em busca da garantia de produção para o mercado, promovendo um fenômeno social que em sua essência e estrutura existe para atender aos interesses de uma lógica produtiva que desconsidera a perspectiva limitada da natureza. Em decorrência disso Leff (2001, p. 87) argumenta que:

Assim, a tecnologia, entendida como a organização do conhecimento para a produção, inseriu-se nos “fatores de produção”, determinando a produtividade dos meios de produção e da força de trabalho e excluindo deste processo o homem e a natureza.

Neste sentido “O homem é considerado o ser vivo com a maior capacidade para transformar, interferir e alterar seu meio ambiente” (BALIM; MOTA e SILVA, 2014, p.167). Por isso, somente pelo simples fato de compor o ecossistema, os seres vivos impactam sobre eles, em especial a espécie humana, a qual na busca de atender seus desejos modifica as estruturas naturais, imprimindo sua marca nas paisagens nativas além de deixar para trás os resíduos resultantes de sua ação (BALIM; MOTA e SILVA, 2014).

Todo esse impacto ambiental do ser humano no planeta traz consequências que já são sentidas por todo o mundo, são transformações na natureza que interferem diretamente na vida e bem estar de todos os seres vivos. Como ilustra Pereira (et. al. 2009, p. 17):

A título de exemplo, podem ser citados: desertificações, buracos na camada de ozônio, alteração da acidez dos mares, degelo das calotas polares, alterações climáticas, alterações das correntes marítimas, improdutividade das terras, entre outros.

Esses fenômenos são o resultado da ação cumulativa e persistente que vem sendo desenvolvida sobre o planeta pelas sociedades. Para Oliveira (2016, p.187), “[...] o domínio absoluto da natureza pelo homem chega ao seu ápice com a Revolução Industrial”. Assim, naquele período a natureza passa a servir aos princípios do emergente modelo industrial

capitalista, o que proporcionou uma maior extração de seus recursos em favor dos ditos avanços da sociedade humana. Logo, pode-se afirmar que:

A Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra do final do século XVIII e o Estado liberal vigente à época, propiciaram cenário perfeito à expansão do comércio. A substituição da manufatura pela máquina e de modo especial, o desenvolvimento da máquina a vapor impulsionou a produção em massa. Cresceu a necessidade das indústrias escoarem sua excedente produção. Neste contexto, buscaram-se alternativas para a expansão dos mercados, tendo iniciado o crescimento das exportações dos produtos industrializados (TEODORO; TORRES, 2015, 139).

A partir desse novo modelo de produção a sociedade passou a ser estruturada sobre novas formas de relação econômica, social e ambiental voltada para o consumo de produtos industrializados e extração intensiva de matéria-prima visando à expansão para outros mercados, buscando obter em favor do capital maior proveito da força de trabalho, assim como dos recursos naturais.

Nessa perspectiva, de acordo com o que afirmam Bernardes e Ferreira (2010) o entendimento do intercâmbio entre a sociedade e natureza no século XIX passou a se pautar numa cisão entre o homem ser dominante e a natureza como mero objeto e fonte interminável de recursos para atender aos desejos do homem visão fruto do modo capitalista de produção.

Sob essa ótica Montebeller-Filho (2000) esclarece que a forma autodestrutiva como o modelo capitalista consome da natureza intensamente seus recursos, acaba por estabelecer obstáculos ao próprio capital, colocando em evidência a contradição existente entre capital/natureza. Como diz Rampazzo (1996, p. 204):

Os sinais de progresso foram acompanhados pela degradação ambiental e conseqüente diminuição da qualidade de vida. Fica claro com isso, que a deterioração ambiental e desenvolvimento estão entrelaçados e, também, que esses problemas ameaçam o desenvolvimento humano a médio e longo prazo.

O progresso da indústria que representava o desenvolvimento da sociedade passou a se apresentar como ameaça à população manifestando-se através de acontecimentos que chamaram a atenção da sociedade em relação à deterioração do meio ambiente e suas conseqüências inevitáveis para os habitantes das cidades.

Em vista disso, o modo de produção capitalista em sua trajetória busca a todo custo cumprir a lógica do acúmulo e expansão estrutural que o rege a despeito de qualquer situação que comprometa sua evolução. Neste sentido Mészáros (2008) assevera:

A dificuldade insuperável a esse respeito é que o sistema do capital como um modo de controle reprodutivo societário, deve seguir a qualquer custo sua própria lógica, correspondente a suas determinações estruturais objetivas. A direção auto-expansiva do capital não pode refrear a si mesma em virtude de

alguma consideração humana, simplesmente porque essa consideração pareceria moralmente mais palatável, como a automitologia do “capitalismo caridoso” e do “capitalismo popular” gostaria de nos fazer acreditar. (p. 19)

A afirmação do autor traz uma constatação fatalista em relação ao capitalismo, enquanto um sistema de controle da vida em sociedade expressando uma condição imanente ao sistema em atender suas determinações independentemente de quaisquer consequências para a humanidade.

Isso implica dizer que mesmo com sinais claros de consequências para a vida na terra o capitalismo tende a se expandir “[...] no interesse de eternizar a vigência de seu controle sócio reprodutivo”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 18)

E nesse processo de apropriação dos recursos ambientais a espécie humana acaba por desprezar a intrínseca relação entre o ser humano e a natureza. Diz Rampazzo (1996, p.198): “Percebe-se que as estratégias de desenvolvimento adotadas têm privilegiado o crescimento econômico a curto prazo, às custas dos recursos naturais vitais, provocando verdadeira crise ambiental em escala mundial”. Conforme destaca Quitana e Hacon, (2011, p.442):

Originalmente observadas na questão da terra e de outros recursos considerados estratégicos para a exploração (no caso do Brasil colônia, pau-brasil, cana-de-açúcar, minérios, café etc.), as expropriações primárias hoje se somam à exploração e mercantilização da biodiversidade; privatização direta e indireta de recursos outrora abundantes para a exploração e consumo, como a água ou o ar, por meio da privatização de aquíferos e venda de créditos de carbono; patenteamento de processos e técnicas diversas aprendidas e transmitidas através de gerações por populações tradicionais e indígenas, assim como de materiais genéticos resultantes da domesticação milenar de plantas e sementes; dentre outras múltiplas formas de incorporação da natureza a partir do seu valor econômico (QUITANA; HACON, 2011, p. 442).

Essa apropriação da natureza pelo seu valor econômico ocasionou a dependência da sociedade por certos recursos naturais, em especial os combustíveis fósseis com destaque para o petróleo que vem se tornando a força motriz do estilo de vida moderno, estes recursos se transformaram na base da estrutura econômica tornando-se imprescindíveis.

Assim, seguindo a lógica do pensamento dominante a sociedade avança a cada dia com mais intensidade sobre os recursos da natureza impondo-lhe o imperativo de atender a um conjunto cada dia mais diversificado de demandas por produtos, enquanto característica da sociedade moderna.

1.2 Consumo e suas implicações

Em decorrência da hegemonia do paradigma capitalista no mundo através do processo de globalização e a partir da expansão e flexibilização da produção, o consumo desenfreado ganhou escala planetária, instituindo um contexto em que o carácter misterioso da mercadoria se intensifica. Segundo (MARX, 2006, p.104) “[...] a forma mercadoria é a mais geral e mais elementar da produção burguesa, razão por que surgiu nos primórdios, embora não assumisse a maneira dominante e característica de hoje em dia”.

Essa constatação revela o fascínio pelo consumo da mercadoria alcançado nas sociedades modernas, a ponto de no estágio atual ela representar para muitos um estilo de vida voltado para as práticas de consumo, determinando assim um tipo específico de sociabilidade que extrapola o ato de consumir, ou seja, desencadeando numa sociedade em que o consumismo passa a dominar. Para (ZYGMUNT BAUMAN 2008, p. 41) de maneira distinta do consumo, que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade. Dito isto, fica evidente que a inserção social passa a estabelecer-se através da maneira de consumir do indivíduo, convertendo-se num fator de integração ao estilo de sociedade em que a satisfação dos desejos individuais e expectativas sociais se projeta no poder de consumo. Nesta perspectiva

Ocorre que na sociedade contemporânea globalizada onde as regras do mercado global seguem praticamente livres na busca incessante pelo lucro, não basta que os consumidores comprem. É preciso que sintam a necessidade de trocar os objetos adquiridos por outros no menor espaço de tempo possível. (TEODORO; TORRES, 2015, p. 142)

Essa lógica consumista acarreta conseqüentemente, a ampliação das forças produtivas para atender a uma população cada vez mais ávida por produtos novos e diversificados, produtos que passaram a atender aos objetivos de imediatistas da sociedade.

Para que isso ocorresse, foram necessárias mudanças na sociedade capitalista moderna, a fim de que, a lógica do consumo pudesse ser entendida e disseminada passando a ter espaço nas mentes das pessoas tornando o consumo de produtos supérfluos e o surgimento de necessidades constantes uma prática corriqueira.

No entanto é importante lembrar que o consumo não se estendeu de forma igualitária para toda a população, pois o sistema capitalista tem na desigualdade sua marca principal. Sob essa ótica (NUNES, 2018, p. 211) afirma:

Após um longo período de acumulação de capitais, durante o fordismo e a fase keynesiana, o capitalismo especialmente no início da década de 1970 começou a dar os primeiros sinais do que pode ser chamado de crise estrutural do capital, tendo esta como expressão o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível.

A resposta do capitalismo as crises demonstram intensamente suas contradições, pois suas determinações estruturais (superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho, degradação ambiental, deterioração da qualidade de vida) de mal necessário vão cada vez mais se intensificando e levando a um estado crítico, comprometendo o crescimento do capital e levando o sistema a novas crises (LEFF, 2001).

É importante notar que, em momentos de crise ou perturbações, o capital busca na racionalidade científica e econômica as soluções para suas demandas, a exemplo da Segunda Guerra Mundial, como nos evidencia Hogan (2007), pode-se dizer que os avanços tecnológicos alcançados naquele período, proporcionaram grande desenvolvimento para a população civil em especial nas sociedades ocidentais e dos Estados Unidos, assim como para alguns aliados de outras partes do mundo os quais também puderam ter acesso às tecnologias empregadas no esforço de guerra que passaram a estar a disposição de parcela da sociedade.

Segundo Hogan (2007), ao passo que as benesses incorporadas ao modo de vida dos cidadãos tornam-se comum, desenvolve-se uma tendência hegemônica nos países capitalistas, passando a privilegiar a produção e o consumo como paradigma do industrialismo mundial. Seguindo esta lógica Pereira et. al. (2009, p. 13) afirma:

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA necessitavam de uma fórmula para impulsionar sua economia. O economista estado-unidense Victor Lebow propôs, na década de 50, ao presidente Dwight David Eisenhower, uma nova tática social a ser imposta para o desdobramento econômico-social. Nessa seara foi idealizada a exigência de que se fizesse do consumo uma forma de vida, que a compra e o uso de bens fossem um ritual; que a satisfação espiritual e a satisfação do ego fossem buscadas no consumo; que as coisas, fossem consumidas destruídas e descartadas em um ritmo cada vez maior.

Neste sentido, a ideologia disseminada naquele período obteve êxito, pois os norte-americanos se consolidaram como uma superpotência mundial influenciando os outros países a almejam tanto os produtos produzidos lá, quanto a seguirem o mesmo padrão de desenvolvimento daquele país.

Os requisitos para que isso ocorresse de acordo com o que afirma Hogan (2017) está atrelado à melhoria na qualidade de vida alcançada através dos avanços na medicina e química ocasionando um exponencial aumento demográfico nas décadas seguintes ao pós-guerra, reflexo da diminuição da mortalidade e do aumento da natalidade. O que conforme o autor deu origem ao fenômeno que ficou conhecido como “BabyBoom” observado especialmente na América do Norte e em alguns países da Europa.

Nessa perspectiva, Pereira (2009) nos diz que a população passou a ser envolvida por publicidades – inicialmente escritas, depois pela fala por meio do rádio, seguindo-se a

imagem do cinema e da televisão e, agora, num misto de tudo, pela internet. Esse contorno publicitário que se manifestou e se manifesta de diversos meios, implícitos e explícitos, torna a vida do cidadão manipulada para o consumo.

Com a chegada do século XXI fica claro que o resultado do modo de vida capitalista segue no ritmo do esgotamento de recursos naturais, refletindo nas diferentes áreas do conhecimento a necessidade premente de medidas, com vistas a amenizar a relação entre os anseios da sociedade e os limites da natureza. Assim sendo, Rampazzo (1996, p. 207) explicita que:

Nesse contexto, importante ressaltar que a deterioração ambiental não é um problema, mas sim um processo que, diferenciado em suas formas e resultados, afeta todos os países em desenvolvimento. Além disso, ela não é uma consequência inevitável do progresso humano, mas uma característica do tipo de desenvolvimento econômico predominante que traz consigo a insustentabilidade em termos ecológicos, a desigualdade e a injustiça social.

Portanto, o sistema capitalista fundamentado na desigualdade, na exploração e no lucro torna o tal equilíbrio uma utopia, pois as populações mais pobres desprovidas dos meios materiais de sobrevivência sofrem os efeitos imediatos da resposta da natureza sobre o ser humano implicando diretamente em seu cotidiano. Schons (2012, p. 71) evidencia que:

Vários estudos têm identificado que os que menos contribuíram e contribuem para o aquecimento global, os pobres, serão mais uma vez os mais afetados por ele porque não têm os recursos materiais e financeiros para se adaptarem e/ou se protegerem dos impactos que a mudança climática vem provocando.

Assim, de acordo com Marion (2013) é importante ressaltar que a sociedade está atenta à urgência em tratar dos problemas ambientais, no entanto a prioridade deste tema se esgota ao passo que interesses econômicos se sobrepõe às pautas ambientais demonstrando a convergência de forças que sustenta o capital.

Nessa mesma linha Mészáros (2008) ressalta que sendo hegemônico na ordem societária, o capital impossibilita qualquer investida contra seu controle, embora, em algumas situações possa dar sinais de anuência, logo reverte a seu favor a situação retornando suas determinações estruturais, conforme evidência histórica fica claro que é improvável que na vigência do sistema capitalista, haja acordos conscientes que possam impedir seu desenvolvimento. Segundo Balim, Mota e Silva (2014, p. 171).

A ideia de progresso que predominou durante a industrialização moldou o pensamento e a cultura das sociedades de tal maneira que toda degradação ambiental se justificaria pelo progresso e produção para o desenvolvimento humano. O meio ambiente torna-se um meio, artefato, objeto utilizado pelo homem de maneira desmedida, a fim de suprir os anseios que a sociedade de modelos cada vez mais consumistas e depredatórios se constituía.

Ou seja, a sociedade tem uma relação de dependência com relação à natureza, o que implica dizer que da extração de recursos da natureza está a base para manutenção da realização de consumo da sociedade atual. Para realizar o desejo de consumo da sociedade os recursos naturais estão inseridos em todas as etapas do processo produtivo constituindo-se em elemento fundamental para suprir a sociedade material (MARION, 2013).

Dessa forma, fica notório que os mecanismos de alienação da sociedade utilizados pelo capitalismo, através dos discursos midiáticos e da ideia de desenvolvimento necessário, tem se mostrado eficazes em esconder os efeitos do consumo desmedido que viabiliza a realização de aspirações imediatas de caráter supérfluo, o que corrobora com agravamento da degradação ambiental.

Soma-se a isto, enquanto estratégia de alavancagem de consumo, a obsolescência programada, como fator determinante no tange a substituição periódica de produtos, seja diante da inviabilidade de reparo ou por insatisfação tecnológica do consumidor. Em decorrência disso (BAUMAN, 2008, p. 31) acrescenta:

A curta expectativa de vida de um produto na prática e na utilidade proclamada está incluída na estratégia de marketing e no cálculo de lucros: tende a ser preconcebida, prescrita e instilada nas práticas dos consumidores mediante a apoteose das novas ofertas (de hoje) e a difamação das antigas (de ontem).

A partir daí, institui-se um contexto em que, quantidades excessivas de materiais passam a ser descartados rapidamente ocasionando a necessidade urgente de gerenciamento dos resíduos resultantes do consumismo humano.

Segundo Bauman (2008), para fazer frente ao lixo produzido pelo modo de consumir desenvolvido no mundo moderno, emergiu uma importante estrutura para o manejo desses resíduos sem o qual seria improvável pensar a sociedade de consumo desde então.

Assim, a constatação que podemos fazer está relacionada a compreender que a natureza não é algo externo mais sim, um espaço de permuta onde as ações da sociedade implicam estruturalmente em reflexos na natureza social e na biologia das populações humanas (FOLADORI E TAKS, 2004, p. 326). Diante disso (LIMA, 2017, p. 144) afirma:

Presencia-se, portanto, uma situação paradoxal, em que se expande a informação e a consciência pública sobre os problemas ambientais e, no entanto, os problemas seguem se ampliando e complexificando. Por outro lado, ainda que a questão ambiental tenha se deslocado, nas últimas décadas, da periferia para o centro da agenda política global, não consegue acumular forças e posição de prioridade no interior desta agenda.

É fundamental entender que esta apatia, quanto à solução da problemática ambiental, expressa o grande esforço que terá que ser realizado pela sociedade como um todo, em vista de que, somente através de uma transformação coletiva na mentalidade e racionalidade econômica capitalista será possível de fato desenvolver uma relação harmônica considerando-se que não somos autossuficientes em relação à natureza.

Logo, o debate fomentado, em meio à contradição existente entre a sociedade de consumo e o problema ambiental, se restringiu em torno de uma alternativa para sociedade na qual combinasse a manutenção do padrão consumista vigente, o que resultou numa proposta de desenvolvimento que buscava harmonizar o progresso com a preservação ambiental, numa tentativa visível, de não impedir o avanço econômico tão almejado pelos países capitalistas.

1.3 Capitalismo e o desenvolvimento sustentável como possibilidade de sua manutenção

A década de 70 se constituiu num momento de reflexão da sociedade moderna quanto ao modo como vinham lidando com os recursos naturais no seu trajeto baseado na ideia de crescimento econômico sem limites. A partir daí, se ampliaram os debates que contestavam este modelo de crescimento econômico da sociedade capitalista e que certamente direcionaria a sociedade a um colapso ambiental. Nesse sentido, como afirma (LEFF 2001, p. 62):

A problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem é alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais.

Em vista desta observação, podemos ver que a formulação de propostas para a solução da degradação ambiental trouxeram posições polêmicas, como é o caso da sugestão do Clube de Roma que pregava o crescimento zero, o que segundo Lago (2013) representava uma medida que para os países pobres seria a condenação à eterna penúria, ao passo que os países industrializados manteriam seu padrão vida desenvolvidos.

É interessante ressaltar conforme Leff (2001) que embora tenha havido a tentativa de imputar a causa da crise no meio ambiente a aspectos ligados aos países pobres, a exemplo da explosão demográfica desses países, outras pesquisas creditaram aos padrões de produção e consumo dos países de capitalismo central e grupos privilegiados da sociedade a responsabilidade pela exploração excessiva dos recursos naturais.

Em 1972, entretanto, a ONU realizou a Conferência de Estocolmo visando discutir o tema do meio ambiente e resolver as controvérsias existentes sobre o tema. Na oportunidade segundo Lima (2003), os países pobres reclamavam a necessidade de crescimento econômico como saída para seus problemas sociais, embora às custas de algum sacrifício ambiental, por outro lado, os países desenvolvidos queriam manter seus patamares de produção e consumo.

Da referida Conferência, surgiu o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), e no ano de 1984 a ONU em busca de determinar os verdadeiros níveis da degradação ambiental criou-se a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (CMMAD), (SILVA, 2013a). Nessa perspectiva a autora afirma:

O resultado do trabalho da citada comissão foi intitulado “Nosso futuro Comum”, também, conhecido como Relatório Brundtland, que envolto ao projeto neoliberal, lançou a proposta e o conceito do Desenvolvimento Sustentável como um “processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” (CMMAD). Começava a criar raízes ideológicas, a possibilidade de confluir no contexto de acumulação do capital, um tipo de desenvolvimento com caráter de preservação e crescimento econômico com “limites”. (SILVA, 2013a, p. 03)

A ideia de desenvolvimento sustentável parecia naquela oportunidade a melhor alternativa para atender aos anseios de ambos os lados, tanto os países pobres que almejavam o crescimento, quanto àqueles desenvolvidos que pretendiam continuar sua trajetória, contudo, é necessário indagar se há possibilidade de instituir um desenvolvimento sustentável sobre o imperativo da ordem do sistema capital causador de todas as distorções.

Conforme Lima (2003), a ideia de sustentabilidade representou um caráter inovador em relação às outras propostas, pois, reconhecia outros aspectos que permeavam a problemática ambiental, a exemplo do político e do social, estabelecendo estratégias de longo prazo com o desenvolvimento em campos variados possibilitando também a participação de outras áreas do conhecimento na análise da crise ambiental na relação sociedade-meio ambiente.

Todavia o autor salienta que o conceito de sustentabilidade buscava demonstrar a conformidade do capital com pautas dos grupos ambientalistas, além de amenizar as divergências entre os países, objetivando estabelecer um cenário menos conflituoso entre os atores envolvidos nas discussões.

Em virtude de não poder ocultar os impactos ambientais causados pela industrialização o capital buscou se apropriar do discurso da sustentabilidade de modo a mantê-lo dentro da racionalidade moderna - capitalista, urbana, financeira, industrial, globalizada. Adquirindo tal discurso um caráter meramente reformista, mantendo a forma

como o capital se perpetua. (GUIMARÃES, 2010). Seguindo o raciocínio, Guimarães (2010, p. 93) completa:

O problema dessa forma de apresentar a questão é que as relações no interior do processo produtivo, na sua forma social de produção, não são discutidas, mas somente os seus efeitos, o que pode permitir de se pensar em soluções pela via tecnicista sem alterar a forma social de produção, posicionamento apropriado à conservação do modelo vigente.

Desta maneira, pode-se inferir que qualquer proposta de cunho mais emancipador que busque a origem do problema objetivando um desenvolvimento realmente sustentável desvinculado do modelo hegemônico não recebe o incentivo necessário para sua concretização.

Para Lima (2003), exemplo de investida do capital contra tendências emancipatórias foi a proposta de Ecodesenvolvimento apresentada por Sachs que trazia em sua formulação um conteúdo que colocava as relações sociais vigentes em discussão de uma maneira multidimensional, ou seja, evidenciando as contradições do modelo econômico, social e político. Porém, sua proposta foi substituída pelo modelo proposto pelo Relatório Brundtland que, embora tivesse recepcionado alguns aspectos do Ecodesenvolvimento, como compatibilizar crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social, preservou os principais preceitos do modelo de desenvolvimento liberal da época.

Acompanhando a sequência das conferências internacionais o Brasil sediou a Eco 92 no Rio de Janeiro, essa participação representou um espaço privilegiado para notabilizar as desigualdades social, econômica e ambiental existente no país.

Na visão de Lago (2013) os fatores que levaram o Brasil a sediar a conferência estão relacionados ao fim do “Milagre Econômico”, ocasionado pelas duas crises do petróleo de 1973 e 1979 que colocaram em dúvida a estratégia de desenvolvimento brasileiro, cujo modelo privilegiava os aspectos econômicos em detrimento do meio ambiente, e, todavia, tal estratégia não resolveu as mazelas sociais do país, acrescente a isto o fim da ditadura militar que proporcionou maior liberdade a grupos da sociedade civil que passaram a questionar a passividade em relação à destruição do ecossistema brasileiro.

Conforme Dias (2017) ressalta, uma das grandes marcas da conferência foi a participação maciça dos países, delegações, ONG,s e Chefes de Estado demonstrando o aumento do interesse internacional em relação ao tema. Nesta perspectiva Dias (2017, p. 16) acrescenta que:

A ampla participação dos "chefes de Estado" no evento já oferece indicativo da pluralidade de concepções, interesses, estratégias e articulações políticas

que se formaram durante a conferência e, mesmo antes, nas reuniões preparatórias, com reflexos diretos nos protocolos assinados.

A partir desse contexto a conscientização das causas ambientais, não se processa de forma ingênua, mas, sobretudo, com o propósito de proteger os interesses de países e blocos frente ao agravamento dos debates quanto às causas da degradação ambiental e das medidas para sanar os problemas. Consoante a isto Silva (2013, p. 05) afirma:

A Rio-92 foi marcada pela contradição que permeia a luta de classe e as estratégias de acumulação capitalista, numa disputa acirrada entre as propostas de organizações comprometidas de fato com a preservação da natureza, uso sustentado do meio ambiente e que sinalizavam para erradicação da pobreza aos projetos neoliberais no âmbito do desenvolvimento sustentável voltados à manutenção e funcionamento do mercado, defendidos pelos Chefes de Estados dos países centrais e representantes das Organizações Financeiras Internacionais.

Em vista disso Guimarães (2010) afirma que os EUA se mantiveram inflexíveis a temas relevantes debatidos durante a conferência como, por exemplo, a ideia de biodiversidade, fomentada, sobretudo através da Convenção da Biodiversidade assinado por 153 países e acordos posteriores como o protocolo de Kyoto, embora os norte-americanos sejam um dos principais responsáveis pela emissão de gases atmosféricos nocivos.

A conferência do Rio se configurou como cenário fecundo para ampliação e diversificação de temáticas relevantes no que tange as disparidades internacionais, sendo incluídos segundo Dias (2017, p. 05) à “agenda política de discussão sobre o meio ambiente, o problema da fome, as disparidades econômicas e sociais entre os países do Norte e do Sul; a dívida externa dos países pobres e dos Estados em Desenvolvimento”.

Besen (2011) acrescenta que a problematização quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos também foi uma marca da conferência do Rio, em vista, do significativo aumento desses materiais em âmbito global, o que vinha exigindo dos governos medidas cada dia mais complexas para neutralizar o problema.

Embora tenha sido um evento bastante heterogêneo no que diz respeito às ideias, foram elaborados alguns documentos, entre eles podemos destacar a Agenda 21 escritos estes que continham metas a serem cumpridas para viabilizar o desenvolvimento com sustentabilidade. Dentre outras podemos destacar o processos de incidem diretamente sobre a geração, reutilização, reciclagem, e disposição final, entre outros aspectos ligados ao consumo e produção dos resíduos sólidos urbanos.

Entre outras coisas nele previstas, estava um fundo internacional no qual os países desenvolvidos contribuiriam para o desenvolvimento nos moldes da sustentabilidade nos

países periféricos. No entanto, Dias (2017) salienta que a maioria dos países ficaram com repasses a baixo do proposto para financiar o Desenvolvimento Sustentável nos países em desenvolvimento.

A correlação de forças existente entre os países que priorizam o Desenvolvimento Sustentável e aqueles que buscam se apropriar do conceito para interesses próprios, acaba por esvaziar a elaboração de seu sentido mais revolucionário. Desse modo, Silva (2013a, p. 07) acrescenta que “a estratégia da “sustentabilidade” se transformou num discurso ideológico utilizado, política e economicamente, de modo funcional ao desenvolvimento do capital”.

Dando sequência às conferências mundiais após a Rio 92, realizou-se a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CMDS) ou Rio+10 em Johannesburgo em 2002. Entre seus propósitos estava revisar as metas estipuladas na Agenda 21 e introduzir novas deliberações em busca de conciliar os três aspectos do DS. (SILVA, 2013a)

Em vista da envergadura da conferência anterior e os inúmeros acordos firmados se esperava respostas mais positivas na Conferência de Johannesburgo, o que demonstrou a lentidão com que se processam as ações tendentes a impor algum tipo de restrição à forma de acumulação do capital.

Portanto, a ideia de sustentabilidade formulada nas Conferências perdeu sua força em vista de seus aspectos fundamentais como a cooperação, solidariedade e a busca por um meio ambiente equilibrado ecologicamente necessitar de eficácia. O que conforme (SILVA, 2013a, p. 08)

Diante disso, a ideia presente no discurso em defesa do desenvolvimento sustentável precisava ser renovada e reiterada com maior absorção e integração pelo mercado. Era preciso uma reorientação nas bases produtivas e de consumo para favorecer de modo rentável o “intercâmbio” sustentável entre o modo de produção capitalista e seu projeto de acumulação acrescido do caráter da preservação com o meio ambiente para as gerações do presente e do futuro, mantendo o processo produtivo em franca expansão. Cria-se o ideário de uma “Economia Verde” e a Rio +20 foi palco central desta discussão.

Na Rio +20 novamente predominou a racionalidade do mercado evidenciada em torno do debate da “economia verde” como o novo objetivo perseguido pelo mercado com o intuito de extrair da natureza os recursos através da eficiência do mercado. Segundo (SILVA, 2013) A crítica feita a esta proposta de “Economia Verde” se estabelece pela mesma caracterizar-se como mais uma tentativa de restauração do capital no seu momento de crise.

Portanto, o Desenvolvimento Sustentável que tinha em vista a superação do antigo modelo de crescimento econômico, que gera desigualdade social, e exploração do trabalho e da natureza, foi apropriado pelo pensamento dominante.

Em vista disso, os esforços em alcançar um desenvolvimento social, econômico e ambiental menos predatório, acabou sufocado pela racionalidade de mercado, que em muitos aspectos, inviabiliza as propostas que foram inicialmente pensadas para fazer frente às demandas de uma população empobrecida nos países em desenvolvimento, além de enfrentar os novos desafios ambientais, com destaque para a produção de resíduos como reflexo do consumismo da sociedade.

2 TRABALHO DE CATADOR: Uma revisão bibliográfica

Busco neste capítulo a constituição histórica do profissional, catador de material reciclável, o qual desempenha atividade fundamental para a sociedade moderna, constituída nos moldes atuais de produção e consumo, porém, não alcançou o reconhecimento social devido para categoria, destaco a atuação do movimento dos catadores, enquanto fator relevante por expressar no cenário nacional as demandas dos catadores, garantindo a eles a possibilidade de trabalhar de forma digna com os materiais recicláveis em vista dos mesmos buscarem uma forma de inclusão digna na sociedade.

Os catadores de materiais recicláveis tornaram-se figuras frequentes em quase todos os locais, oriundos em sua maioria de uma relação desigual na sociedade, eles têm sido fundamentais em amenizar os impactos gerados pelo excesso de resíduos produzidos pela população cotidianamente.

2.1 Catador: Uma forma de Precarização do Trabalho

A formação dessa massa de trabalhadores que hoje ocupa o mercado informal ou são considerados desempregados, pode ser entendida através da forma como o Brasil se desenvolveu desde a colonização portuguesa, caracterizada pela dependência econômica em relação à metrópole no cenário externo e internamente dominado por uma elite agrária e escravista.

Essa peculiaridade da formação socioeconômica brasileira viabilizou a concentração de terras e através do tráfico de negros a introdução de um elemento que desde sua chegada ao país já carregava uma conotação marginalizada frente a outros grupos da sociedade. Em vista disso Couto (2010, p.78) acrescenta:

Nas grandes propriedades, a lei que vigorava era a dos coronéis, que se portavam como donos não só dos escravos, mas também dos trabalhadores que dependiam deles para viver. Criam-se aí as condições objetivas da ideologia do favor, da relação de dependência pessoal.

Esse contexto descrito por Couto demonstra a evidente estrutura hierarquizada que conforma a sociedade brasileira, os escravos e os trabalhadores como instrumento de trabalho desprovido de direito onde o que imperava era a satisfação dos anseios de uma pessoa ou de um grupo da elite.

Assim os escravizados e os trabalhadores tinham que se submeter às regras estabelecidas pelos proprietários de terras, sob o risco de sofrer penalidades uma vez que os coronéis detinham o poder dentro dos limites de suas terras.

O modelo econômico pautado nessas características vigorou no país durante muito tempo, pois os grupos que dominavam a infraestrutura econômica brasileira se articulavam para dissipar qualquer possibilidade de mudança na estrutura do país. Segundo (VIOTTI da COSTA, 2001 apud COUTO, 2010, p.80)

A forte estrutura social centralizada no governo e nos grandes proprietários cerceava a circulação de informações e a construção da organização de movimentos coletivos. Era comum, em 1800, a proibição da entrada de livros vindos da Inglaterra e da França, por se constituírem em elementos fomentação da discórdia. As ideias iluministas da Revolução Francesa e as ideias inglesas oriundas da Revolução Industrial eram consideradas indesejáveis, por incitar os trabalhadores, influenciando movimentos inconvenientes para o Brasil.

Diante desse quadro o Brasil ficou a margem do desenvolvimento mundial já que a Coroa portuguesa e a elite agroexportadora não interessava a emancipação da colônia. A interferência da metrópole sobre o Brasil fazia com que qualquer mudança que não tivesse o escopo de atender a necessidades metropolitanas não recebesse o impulso para sua efetivação, esse aspecto pode ser notado em relação à pequena indústria do período colonial. Segundo (PRADO JR. 2011, p. 233) ressalta:

Essa pequena indústria doméstica, entregue a escravos mais hábeis, ou às mulheres de casa – como a fiação, tecelagem e costura-, embora obscura e passando à primeira vista despercebida, tem seu papel na vida da colônia, pois completa essa autonomia dos grandes domínios rurais, já assinalada noutros setores, e que representa um traço tão característico e importante da vida econômica e social da colônia. Além disso, constitui o embrião de uma indústria de maior vulto e expressão, que infelizmente a política da metrópole, bem como outros fatores [...], fizeram gorar no seu nascedouro.

Importa aqui destacar que o controle e a retração imposta a econômica brasileira fez do país fundamentalmente um fornecedor de materiais primas e consumidor de manufaturados, determinando a dependência nacional em relação às nações europeias durante o período colonial, sem substanciais mudanças nos períodos imperial e republicano.

A vinculação brasileira aos preceitos das elites agrárias conduziu o país ao atraso com relação aos países que experimentaram uma colonização menos perversa, nesse sentido, “[...] O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado”. (CARVALHO, 2002, p. 45 apud COUTO, 2010, p. 77)

Com o início da mudança da base econômica brasileira, que privilegiava o setor agrário exportador para suprir os países industrializados, e os primeiros passos para o estabelecimento da indústria no Brasil o país experimenta nova configuração espacial. “Essa transformação, que vem atrelada à Revolução de 1930 (destituição da hegemonia política das

elites rurais), cria um terreno favorável à industrialização e à urbanização brasileira.” (GAMA, 2015, p.103)

É a partir desses primeiros vultos de industrialização que surgem os primeiros indícios da ação dos catadores. Pinhel (2013) destaca que desde o início do século XX, quando da instalação da indústria gráfica, ela já se servia do papel coletado pelos catadores para reutilizá-lo para a produção, o autor destaca, além disso, a figura dos compradores de garrafas e ferro do Brás em São Paulo os “garrafeiros” que ao longo do tempo foi desaparecendo cedendo lugar ao catador de materiais recicláveis.

Ao passo que se tornam mais presentes nas cidades e em vista da situação degradante a qual foram impelidos a se expor os catadores em alguns momentos foram retratados em algumas obras que representavam a triste realidade a que se submetiam para sobreviver, tais obras como, “O bicho (1947), de Manuel Bandeira; Homens de Papel (1968), de Plínio Marcos; e no romance Quarto de Despejo (1960), de Carolina Maria de Jesus”. (Silva, 2017, p. 07)

De acordo com Pereira (2011) estas expressões artísticas elaboradas no século XX registraram aspectos que caracterizavam as condições sociais dos catadores. O poema “O Bicho”, por exemplo, apresenta de forma bastante impactante as más condições de parcela da população que buscavam o lixo como alternativa de sobrevivência. Ainda segundo a autora a obra teatral de Plínio Marcos “Homens de Papel” se configura num curioso registro de catadores enquanto trabalhadores em São Paulo vivendo um embate com o atravessador na busca por superar a exploração vivenciada, somada a situação de miséria e marginalidade a que estavam expostos.

Nesse sentido Gama (2015) destaca importância da obra Quarto de Despejo, dentre as demais, uma vez que ela se constitui em relatos vivenciados pela própria escritora negra que também era catadora, elaborado a partir dos diários produzidos por Carolina Maria de Jesus nele consta sua rotina de trabalho e luta diária pela reprodução sua e da família sendo escrito na década de 1950.

Pastorini (2007) menciona que o desenvolvimento capitalista tardio e dependente da América Latina pode nos trazer elementos importantes para a compreensão da “questão social” materializado em fenômenos como o desemprego em suas diversas formas, o aumento da miséria e das desigualdades sociais. Diante desse contexto Pereira (2011, p. 51) acrescenta que:

O processo de modernização brasileiro constituiu toda uma classe de indivíduos precarizados, sem capital cultural nem econômico e,

principalmente, desprovida das pré-condições sociais, morais e culturais que permitiriam essa apropriação; e, dessa forma, sem oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social.

A partir dessas considerações podemos perceber que é notório que os catadores de materiais recicláveis estão inseridos entre os que, dentro do processo de industrialização subalterno, foram excluídos das relações formais de trabalho. Segundo Gama (2015, p.99): “Sua existência expressa o caráter desigual e perverso das formas de inserção trabalhista na economia brasileira”.

Sob essa ótica, a crise estrutural do capital materializada através da desintegração do modelo fordista que atingiu os países centrais nos anos de 1970, com reflexo nos países periféricos, afetou importantes contingentes das sociedades desenvolvidas, principalmente do que se refere ao mercado de trabalho. De acordo com Silva (2018, p. 21):

A necessidade constante de acúmulo de capital do modo de produção industrial-capitalista vigente já não era mais suprida. O cenário demandava crescimento acelerado, maior concorrência mercadológica, desenvolvimento da produção e uma profunda divisão internacional do trabalho, no entanto a base produtiva não respondia à altura, determinando o fim de diversas políticas típicas desse modelo de Estado.

Com base nesses fatores, nem o modelo fordista, nem as relações sociais instituídas nos países centrais correspondiam aos interesses do mercado, em decorrência desse contexto as medidas adotadas para superar a crise incidiram sobre a classe trabalhadora que é a base de sustentação do sistema capitalista que viu os postos de trabalho serem extintos pela adoção de novas tecnologias, perda de direitos e a fragilização das instâncias representativas dos trabalhadores a partir do processo de reestruturação produtiva.

Antunes (2008) destaca que as mudanças no mundo do trabalho atingiram significativamente os países do Terceiro Mundo, em especial aqueles cujo processo de desenvolvimento, se encontrava no estágio intermediário de expansão, do parque industrial, como era o caso do Brasil, embora, o centro das transformações tenha sido os países capitalistas desenvolvidos, tal fenômeno se disseminou em vista do processo de mundialização e globalização do capital que se desenvolvera entre as nações.

Como ressaltado por Antunes os países que estavam em vias de industrialização sofreram as transformações, pois foram expostos a uma racionalidade produtiva a qual não tiveram tempo para adaptar-se, dessa forma a entrada da indústria estrangeira, repercutiu negativamente sobre a indústria nacional dos países periféricos. Neste sentido (ANTUNES, 2008, p. 166) assevera que:

Tais mudanças têm consequências diretas no mundo do trabalho, especialmente na classe operária. A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e “envolvimento” da força de trabalho, [...], levando o estranhamento do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite – tudo isso, feito sob um “inquestionável” domínio da “produtividade” e da “modernidade social”, acabou afetando a forma de ser do proletariado fabril, tradicional.

Como reflexo dessa situação, é possível compreender o aumento das desigualdades em todo o mundo, porém com contornos mais dramáticos nos países periféricos onde a formação da sociedade se notabiliza pelas discrepâncias sociais, a classe trabalhadora é exposta a novas formas de exploração.

Essa nova racionalidade produtiva, surgida a partir da ruptura das condições estabelecidas no período fordista com destaque para o trabalho estável, aumentou consideravelmente o contingente de desempregados, tendo o trabalho informal e precarizado como alternativa de sobrevivência. Na visão de Antunes (2015, p. 245):

Os trabalhos terceirizados (com sua enorme gama de variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” etc. Essas modalidades de trabalho-configurando as mais distintas e diferenciadas formas de precarização do trabalho e de expansão da informalidade vem ampliando as formas geradoras do valor, ainda que sob a aparência do não valor, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de autoexploração do trabalho).

O exemplo dos catadores serve muito bem para ilustrar a situação apresentada por Antunes, pois, apesar de não vinculados formalmente à indústria, os catadores desempenhavam uma função produtiva suprindo em momentos de escassez este seguimento, segundo (GAMA, 2013, p. 97) “o catador emerge como um “garimpeiro urbano”, coletor de descartes que ainda conservam utilidade e valor no mercado, servindo de matéria-prima para empresas manufatureiras (artesanais ou industriais)”.

A partir de uma visão geral, pode-se observar que os catadores são desde seu surgimento uma categoria que vivia oprimida e esquecida numa sociedade na qual não era garantido o suporte que lhe proporcionasse chance de alcançar a dignidade.

De acordo com o que afirma (ANTUNES, 2015) significativa parcela de força humana de trabalho apta a desenvolver suas aptidões está subutilizada alocada em trabalhos parciais, precários, temporários, ou está afastada de qualquer atividade laboral. Sendo o trabalho com o lixo a alternativa mais viável àqueles desprovidos dos atributos necessários à inserção formal de emprego.

Como visto os catadores buscam através do trabalho com o lixo garantir de forma digna sua sobrevivência numa configuração social que não favorece aqueles que não alcançaram o patamar estabelecido pela sociedade capitalista que, institui formas de subemprego para ser ocupado por quem se tornou excluído.

Segundo Baptista (2013), embora realizem uma destinação correta dos resíduos sólidos gerados pela população, mesmo em circunstâncias adversas de trabalho e de forma gratuita, aos catadores nenhuma contrapartida era dada por parte do poder público ou pela sociedade que pelo contrário os ignorava pelo serviço realizado. É importante notar que, compondo a sociedade, porém não acolhido pela mesma os catador de lixo como eram conhecido, desponta para formação de uma nova categoria que carrega consigo os traços da exclusão e privação de direitos, aspecto característico da trajetória de formação da sociedade brasileira, o que se constitui num desafio para o reconhecimento social dessa população, haja vista a conotação negativa do trabalho com o lixo.

2.2 O Desafio dos Resíduos Sólidos e a Organização em Cooperativas

Desde que se instituiu no mundo um modelo econômico pautado na produção/consumo ilimitado de mercadorias, fomos colocados diante de um problema inevitável, qual seja, lidar com o que sobra desse processo. E com o aumento da urbanização e da industrialização proporcionado pelo aprimoramento dos processos produtivos, somado ao incremento e a diversificação de materiais utilizados agravou-se ainda mais o problema, do volume dos materiais descartados. Conforme Argolo (2013, p.22):

[...] o incentivo ao consumo e ao consumismo, a cultura do descartável, a obsolescência programada, dentre outras, que determinam a geração de uma quantidade cada vez maior de resíduos, desafiando a capacidade de suporte do planeta e transformando-se em um dos mais graves problemas ambientais da sociedade contemporânea.

A mudança na forma de consumir da sociedade contemporânea é um dos principais fatores que acelerou o processo exaustão dos locais de destinação do lixo, colocando em alerta a sociedade em relação aos riscos.

Para Besen (2011) as alterações da densidade populacional atrelada a industrialização são fatores que associados as evolução tecnológica e as melhores condições sociais e econômicas nos países e cidades contribuíram para o aumento dos resíduos. Argolo (2013) acrescenta que a mudança do perfil demográfico brasileiro de rural para urbano nos últimos 50 anos registrado no censo 2010, revela um contingente urbano na ordem de 84% transformando a geração de resíduos sólidos num grave problema da atualidade.

Diante desse quadro apresentado, os dados alertam, para a necessidade de adoção de medidas para conter o avanço crescente da geração de resíduos, que impactam diretamente sobre a natureza e conseqüentemente na vida das pessoas.

Números apresentados pela ABRELPE (2017) dão conta de um aumento per capita de 0,48% na quantidade dos resíduos sólidos urbanos no Brasil, enquanto a população cresceu 0,75% entre 2016 e 2017. Ao passo que, a geração total de resíduos aumentou em 1% ficando em 214.868 toneladas/dia de RSU no país. É interessante nos atentarmos para o fator de forte influência para a elevação da produção de resíduos, ou seja, o trabalho da mídia que estimula o consumo desenfreado de produtos industrializados.

Apesar de o consumo ter aumentado houve um significativo desenvolvimento em relação à coleta, correspondendo em 2017 a um montante de 71,6 milhões de toneladas, registrando um índice de cobertura de coleta equivalente a 91,2% para o país, por outro lado, o quantitativo de 6,9 milhões de toneladas de resíduos não foram objeto de coleta e, conseqüentemente, tiveram destino impróprio. (ABRELPE, 2017)

Embora, os números demonstrem uma evolução no que tange a coleta adequada dos resíduos, o volume de material que ainda está sendo destinado a locais impróprios é bastante expressivo, uma vez que, o volume de resíduos não coletados possivelmente tenham sido lançados em córregos, e terrenos baldios impactando diretamente sobre as populações mais pobres.

No tocante à disposição final dos RSU coletados, o Panorama da Abrelpe (2017) detectou avanços em relação ao cenário do ano anterior, mantendo praticamente a mesma proporção entre o que segue para locais adequados e inadequados, com cerca de 42,3 milhões de toneladas de RSU, ou 59,1% do coletado, dispostos em aterros sanitários.

Segundo o mesmo estudo, o restante, que corresponde a 40,9% dos resíduos coletados, foi despejado em locais inadequados por 3.352 municípios brasileiros, totalizando mais 29 milhões de toneladas de resíduos em lixões ou aterros controlados, que não possuem o conjunto de sistemas e medidas necessários para proteção do meio ambiente contra danos e degradações, com danos diretos à saúde de milhões de pessoas. (ABRELPE, 2017)

Todo esse contexto de acúmulo de RSU junto com a problemática ambiental envolvida e o fator econômico atrelado ao aproveitamento dessas materiais pela indústria fez com que o gerenciamento de materiais se tornasse uma pauta que vem se destacando pelo impacto que tem sobre a sociedade.

O quadro abaixo, demonstra a evolução que vem acontecendo no Brasil, em relação à coleta seletiva, no entanto, mesmo após a promulgação da PNRS, o número de cidades que

possuem coleta seletiva pode ser considerada pequena em relação ao número de municípios do país. Segundo os dados o número de municípios com coleta seletiva corresponde a 22% enquanto os que não disponibilizam este serviço são 78% do total em 2018.

Quadro 1: Municípios com Coleta Seletiva em 2018

MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM COLETA SELETIVA EM 2018											
Ano	1994	1999	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Nº de Municípios	81	135	192	237	327	405	443	766	927	1055	1227

Fonte: CEMPRE 2019

O gráfico por sua vez, traz a participação das regiões brasileiras com maiores percentuais de disponibilização do serviço de coleta seletiva com destaque para os estados da região sudeste e sul, no entanto, a estas regiões correspondem à produção de 128.223 toneladas/dia, ao passo que os estados da região norte, nordeste, centro-oeste corresponde à produção de 86.645 toneladas/dia.

Figura 1: Regionalização dos municípios com coleta seletiva no Brasil



Fonte: CICLSOFT (2018)

O gráfico apresentada coloca as regiões Sul e Sudeste como as principais possuidoras de iniciativas de coleta seletiva evidenciando o imenso desafio para gerenciamento nas demais regiões. Apesar de produzir menor quantidade de lixo os estados da região norte, nordeste e centro-oeste tem uma destinação inadequada da maioria dos resíduos. O Nordeste especificamente com seus 1.794 municípios, geraram, em 2017, a quantidade de 55.492 toneladas/ dia de RSU, das quais aproximadamente 79,1% foram coletadas. Dos resíduos

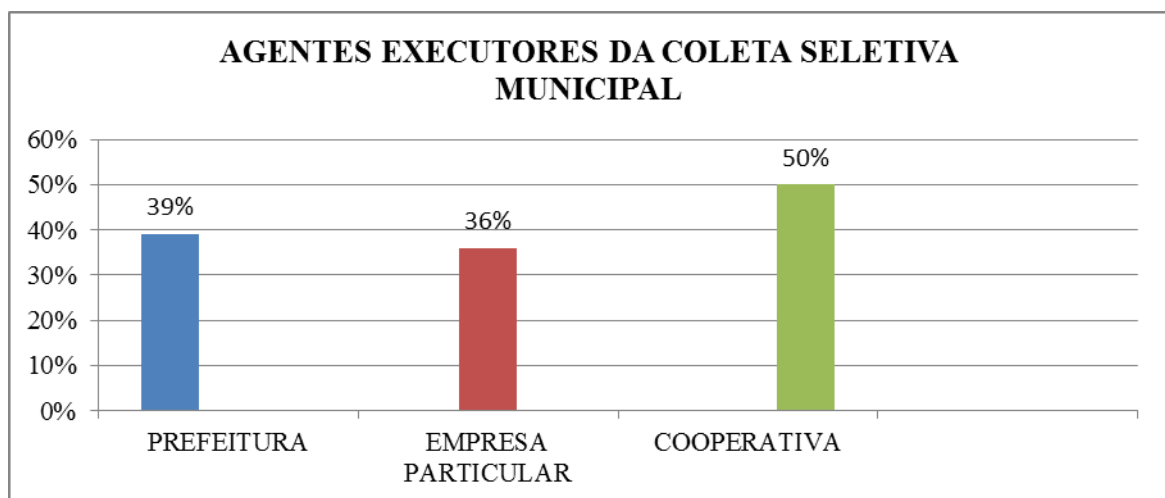
coletados na região, 64,6% ou 28.351 toneladas diárias, foram encaminhadas para lixões e aterros controlados. ABRELPE (2017)

Quadro 2: QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS POR TIPO DE DISPOSIÇÃO FINAL ADOTADA

DISPOSIÇÃO FINAL	BRASIL 2016	2017 – REGIÕES DO BRASIL					
		NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	BRASIL
		ATERRO SANITÁRIO	2.239	90	449	159	817
ATERRO CONTROLADO	1.772	108	484	159	634	357	1.742
LIXÃO	1.559	252	861	149	217	131	1.610
BRASIL	5.570	450	1.794	467	1.668	1.191	5.570

A tabela demonstra que a existência de lixões ainda é uma realidade marcante no cenário brasileiro, isso revela a atualidade das discussões em torno da extinção desses locais tão prejudiciais a sociedade e abrigo de uma população sem acesso a condições dignas de sobrevivência. Outro aspecto a se destacar é o atraso dos estados da região norte, nordeste em relação ao adequado manejo dos resíduos, expressando as assimetrias regionais, o que pode se justificar pela fragilidade financeira dos municípios do norte e nordeste do país.

Figura 2: Executores da coleta seletiva municipal



Fonte: CEMPRE 2019

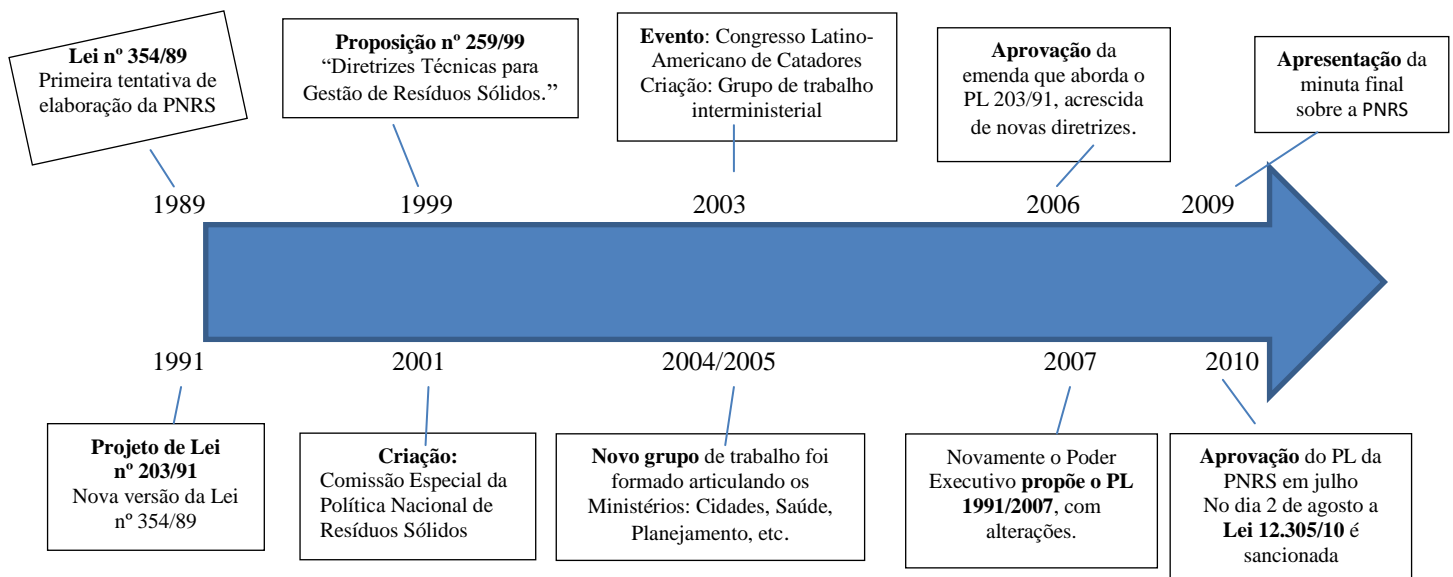
Cumprir destacar que o catador de materiais recicláveis figura que já era conhecida trabalhando individualmente passou a ter maior participação no gerenciamento dos RSU participando da coleta seletiva, a partir da promulgação da lei 12.305 de 10 de setembro de 2010, sendo ele responsável por grande quantidade dos resíduos devolvidos a indústria.

A estimativa do número de pessoas que utilizam a coleta de recicláveis como fonte de renda ainda é alvo de divergências. No entanto, segundo o MNCR, existem no Brasil, 800 mil catadores e catadoras. Existindo estimativas que variam entre 300 mil e 1 milhão de catadores. MNCR (2006)

A histórica relação do catador no trabalho junto àquilo que é descartado pelo restante da sociedade, e a emergência do dilema da destinação do resíduo sólido, fez dele o ator mais interessado na regulamentação de uma ação voltada ao adequado trato como os resíduos urbanos.

Segundo Silva (2018) a PNRS passou por várias etapas até chegar o que é hoje, além da discussão nas diferentes esferas (União, Estados e Municípios) ela foi debatida pelos diferentes setores da sociedade, a exemplo dos catadores de materiais recicláveis, setor da construção civil, etc, inicialmente concebida como a Lei nº 354 de 1989 vários ajustes foram sendo realizados e uma segunda versão do projeto foi apresentada, expressa pela lei nº 203/91 num processo árduo que duraria 20 anos até promulgação do texto final.

Figura 3: Linha do tempo da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS)



FONTE: (SILVA, 2018, p. 56)

A partir da ascensão do governo de esquerda, representado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a pauta social ganhou maior destaque, com programas de transferência de renda e erradicação da fome, problemas que as pessoas que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis muitas vezes enfrentam diariamente. (BESEN, 2011)

Dessa forma, segundo a autora, a organização dos catadores pode interagir de forma mais constante com o governo federal, na consolidação dos direitos e na inclusão social do catador com dignidade a partir do trabalho já realizado por eles com relação a coleta de materiais recicláveis.

A Política Nacional de Resíduo Sólido instituída pela lei 12.305 de 10 de setembro de 2010, se constituiu num instrumento de grande importância para a implementação de medidas no que tange o problema dos resíduos sólidos no Brasil, além disso, esta lei trouxe entre seus dispositivos a prioridade de inclusão dos catadores de resíduos sólidos como parceiros primordiais para a gestão dos resíduos urbanos. Segundo (ARGOLO, 2013, p. 44).

A proposta inicial foi construída com a participação dos Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, da Saúde, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Fazenda e da Casa Civil. O Projeto de Lei levou em conta parte das propostas debatidas ao longo de sete anos em seminários regionais e nacionais, em especial no Fórum Nacional Lixo e Cidadania, no Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR).

Esse grande número de envolvidos na elaboração da proposta da lei, expressa a complexidade do tema, além dos interesses divergentes em meio a todo o processo, cabendo ao movimento dos catadores a tarefa de defender as demandas das pessoas que sobrevivem a partir da comercialização dos resíduos retirados do lixo.

A PNRS não só estipula a extinção dos lixões que se constitui numa forma inadequada de disposição final para o lixo das cidades, como também reconhece a incidência da má gestão dos RSU como gerador de impacto nas diversas esferas das relações humanas. Assim sendo a lei prevê como princípio a “visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.” (BRASIL, 2010)

Embora seja uma lei com dispositivos inovadores entre eles a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos enquanto meio de envolver a todos no gerenciamento dos resíduos; padrões sustentáveis de produção e consumo, outro elemento que denota o desafio estabelecido pela lei, uma vez que, ele se funda no consumo e produção de

forma menos intensiva visando legar a gerações futuras os mesmos padrões vivenciados pelas gerações presentes.

Entendida dessa forma a lei 12.305/2010 estabelece uma relação contraditória em relação ao sistema no qual ele se insere colocando em risco sua eficácia. “Elaborar e implementar uma política pública eficaz para a gestão dos RSU significa mexer nas bases do sistema econômico, repensar os padrões de consumo de toda sociedade,[...]”. (ARGOLO, 2013, p. 43)

Considerando esse contexto, a reciclagem vem se transformando num subterfúgio a adoção de medidas mais drásticas com relação a esse processo de produção e consumo e os catadores tornaram-se, apesar da lei enunciar a responsabilidade compartilhada como princípio o catador continua sendo o principal elemento da logística reversa. Entendida enquanto sequência de iniciativas de cunho econômico e social ela se destina a devolver os resíduos sólidos para que possa ser reinserido no processo produtivo ou descartado corretamente. (BRASIL, 2010)

A PNRS se destaca pela sua abrangência no que se refere ao assunto, porém no que diz respeito à iniciativas legais que integram os catadores de materiais recicláveis, podemos citar o decreto nº. 5.940 de 2006 que estabelece a coleta seletiva nos órgãos federais e a destinação destes materiais às organizações de catadores. (BESEN, 2011)

E a Lei 11.445/2007, que trata da PNSB- Política Nacional do Saneamento Básico que trazia a como elemento de incentivo para as cooperativas a dispensa de licitação para o ingresso dessas organizações junto às prefeituras. (BESEN, 2011)

Na PNRS o catador ganhou mais espaço e incentivos para exercer sua atividade através da constituição de cooperativas e associações, nesse sentido podemos destacar:

O Art. 6º ítem XI define a participação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada; Art. 8º IV estabelece o incentivo ao desenvolvimento das cooperativas e associações, repassando a União recursos prioritariamente para os entes que implantarem a coleta seletiva com a inclusão dos catadores; Art. 44 estabelece que os entes federados dentro de suas competências podem disponibilizar incentivos fiscais, financeiros e creditícios, às empresas recicladoras e organizações dos catadores observadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de maio de 2000). (BESEN, 2011)

No entanto a necessidade de formalização dos catadores em associações ou cooperativas para celebrar contratos com os órgãos públicos passa se constituir num impasse, pois, para constituírem-se em cooperativas os catadores precisam atender a algumas

exigências que em muitos casos inviabilizam a inserção dos grupos para o gerenciamento dos resíduos.

Segundo Batista (2013) as associações e cooperativas podem encontrar dificuldades no que diz respeito aos aspectos operacionais, logísticos, financeiros e de infraestrutura o que inviabiliza o cumprimento das responsabilidades estipuladas pelas PNRS. Gerando como consequência a retração na formação de cooperativas deixando a lei estagnada.

Este é um dos desafios no que tange ao compromisso social da Política Nacional dos Resíduos Sólidos de integrar verdadeiramente esta população de pessoas de baixa renda viabilizando condições reais para desenvolver as cooperativas.

Esses profissionais que antes trabalhavam em lixões ou individualmente nas ruas das grandes cidades, puderam dispor agora de outro modelo de estruturação que lhes garanta melhores perspectivas em relação ao processo de comercialização dos seus produtos.

Silva (2017) ressalta a importância de se estruturar reside no fato que, para além de fortalecer economicamente o grupo pode aprimorar processos em busca somar valor aos materiais beneficiados. O autor acrescenta que por conta disso pode haver a diversificação de parcerias com setores da sociedade civil e esferas de governo ampliando o reconhecimento enquanto profissionais e sujeitos de direitos.

A organização dos catadores em cooperativas representou um salto importante para visibilidade desse grupo de pessoas que reconhecendo as potencialidades da atividade desenvolvidas por eles passaram a agregar valor a sua profissão.

O catador cooperativado se destaca em vista desse modelo representar um meio alternativo, objetivando superar a exploração existente na cadeia da reciclagem que se apresenta como fator de degradação do trabalho do reciclador.

Um dos principais atributos da cooperativa é conseguir desenvolver nos catadores a percepção de que eles são aptos a elevar-se de forma autônoma, no entanto, o trabalho coletivo deve se pautar pelo compartilhamento das responsabilidades num contexto de desafios. Nessa perspectiva (BORTOLI, 2009, p. 107) acrescenta:

A geração de trabalho e renda está relacionada ao incentivo ao associativismo, ao cooperativismo, ao empreendedorismo e ao trabalho em equipe, habilidades de gestão que tendem a possibilitar ao trabalhador a tomada de decisão. Se por um lado, essas formas de gestão e organização do trabalho respondem pela sobrevivência dos trabalhadores, por outro, estão associadas ao regime de acumulação flexível, o qual tem ditado as regras para a constituição de instrumentos de regulação social, afinados com as necessidades de coesão do sistema de reprodução do capital.

Enquanto cooperados os catadores trazem consigo a responsabilidade prioritária pela perpetuação do empreendimento, incumbidos de superar os mecanismos de exclusão, para se inserir de forma coletiva no mercado competitivo do quais muitos anteriormente foram marginalizados.

A partir dessa modalidade de economia solidária os catadores passam por um lado a ser os responsáveis em promover postos de trabalho para si mesmos, isentando o Estado e o mercado de proporcionar os mecanismos para incorporação da mão de obra, e por outro lado servem as determinações da indústria da reciclagem.

Isso institui na visão de Batista (2013) uma relação de terceirização da força de trabalho dos catadores em relação a indústria da reciclagem. Diante desse quadro, é essencial ressaltar que apesar da relação entre a indústria da reciclagem e a cooperativa ainda ser pautada pela assimetria, em relação a outras condições a que os catadores estão sujeitos esta forma organizativa se apresenta mais vantajosa.

Ademais, Batista (2013) expressa a necessidade da vigência de aparatos legais, econômicos e institucionais, para que as cooperativas possam se constituir de um espaço em que a dignidade dos cooperativados seja o foco do empreendimento, de outra forma, a essência da cooperativa será deturpada, uma vez que, os valores passarão a estar vinculados ao processo de acumulação, sendo o trabalho apropriado como mais-valia por intermediários.

Esses apontamentos destacam a necessidade de reconhecer o catador de material reciclável não como instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas como cidadão o qual demanda ações e políticas públicas específicas, que venham a eliminar as visões distorcidas sobre esse profissional.

Nesse sentido as cooperativas desempenham um papel muito importante, no entanto, é necessário cuidado para que elas não se transformem em um meio de exclusão dos catadores não envolvidos nas mesmas, e que os municípios possam adotar como prioritário e necessário o trabalho desenvolvido catadores, fomentando as iniciativas conforme determina a legislação.

O problema do resíduo sólido corresponde a todas as esferas da sociedade e seus efeitos gerarem impacto independente do nível social e econômico do cidadão, o catador de materiais recicláveis, seja nas ruas, nos lixões ou em cooperativas tem sido o ator principal para concretização da PNRS, porém, ainda não encontra o respaldo necessário para que seu trabalho se reflita em reconhecimento enquanto cidadão.

2.3 Reivindicações, direitos e proteção

O catador como dito anteriormente marca presença nas cidades faz muito tempo, porém enquanto grupo organizado sua trajetória tem na década de 80 os primeiros movimentos em prol da melhoria das condições vida e reconhecimento social das pessoas que vivem da recuperação de materiais recicláveis.

Apoiados pela Igreja católica os catadores encontraram o incentivo necessário para iniciar sua trajetória de lutas em busca da emancipação da categoria, enquanto grupo representativo na sociedade. Segundo Souza; Silva; Barbosa (2014) pode-se atribuir as primeiras iniciativas de organização dos catadores a ação do Movimento das Comunidades Eclesiais de Base. Segundo (FONTES, 2006, p. 219):

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que tiveram papel importantíssimo na luta contra a ditadura, na constituição e na consolidação de uma associatividade de base popular, oscilavam entre um ‘comunitarismo’ messiânico e de cunho redentor e a politização desses movimentos por meio de uma reflexão sobre as bases sociais da dominação, especialmente desenvolvida pelos integrantes da Teologia da Libertação.

O trabalho realizado por esses grupos oriundos da igreja proporcionou aos movimentos populares o suporte necessário para que organizados viessem a ganhar visibilidade em meio a um período conturbado da ditadura num contexto de repressão e acirramento das desigualdades.

No período mencionado, apesar da forma truculenta que o governo militar tratava os movimentos que se formavam naquela época, surgiram as bases de vários movimentos que buscavam melhorias nas condições sociais da população. Os movimentos da década de 1980, “lutavam para ter “direito a ter direito””. (GOHN, 2013, p. 17)

Este incentivo proporcionou que houvesse os primeiros sinais da emergência da organização desses atores sociais desencadeando um processo árduo e contínuo que teria prosseguimento nas décadas seguintes e se espalharia pelos centros urbanos em virtude da presença maciça dos catadores pelo país.

Neste sentido se destaca no final da década de 1980 o processo de organização de algumas cooperativas nos principais centros do país com destaque para a Coopamare (Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo) como uma das primeiras cooperativas do país, viabilizada a partir do apoio de OAF (Organização de Auxílio Fraternal). (PINHEL, 2013)

A exemplo de São Paulo houve iniciativas de mesmo cunho em Porto Alegre e Minas Gerais tendo desenvolvido cooperativas em seus territórios, em todos os casos as cooperativas contavam com o auxílio da Igreja Católica.

De acordo com Gama (2015) a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis (Asmare) sediada em Belo Horizonte (MG) iniciou sua organização em 1987, porém em 1990 consolidou sua regularização contando com o incentivo da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Já no Sul dos pais, “a fundação da Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul, em 1998, em Porto Alegre (RS) foi a primeira iniciativa a reunir as várias organizações de catadores do estado”. (MARTINS, 2004 apud BESEN, 2011)

O elemento principal que fica evidente sobre a organização das associações que ela se estabelecia inicialmente nas cidades maiores o que pode ser atribuído ao processo de urbanização além do aumento do desemprego ocasionada pelas exigências do mercado de trabalho ou com a eliminação de postos nas industriais.

Outro aspecto importante se dá pela convergência entre a pauta dos catadores com a dos moradores de rua, em vista de muitas pessoas que trabalhavam com a coleta de material reciclável não possuir moradia digna. Dessas pautas comuns surge a articulação pelo direito a moradia e a possibilidade de trabalhar com os recicláveis.

A mobilização dos catadores foi ganhando volume com a realização de eventos que levaram para o cenário nacional os debates a cerca da condição de vida dos catadores, assim com a pauta da limpeza urbana. Pode-se destacar segundo BESEN (2011, p. 46):

Inicialmente com a criação do Fórum Lixo & Cidadania Nacional em 1998, por iniciativa da UNICEF, e posteriormente os fóruns estaduais e municipais. Esses fóruns são constituídos por representantes de diversos seguimentos da sociedade civil. Poder publico e iniciativa privada e atuam enquanto instâncias participativas.

Articulando toda a sociedade os debates foram adensados e novos eventos foram elaborados para dar seguimento a um tema que demandava solução para um problema de inclusão dessas pessoas que desejavam ter uma fonte de renda. “O processo de articulação dos catadores em movimento nacional partiu de uma iniciativa do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua em discussões no Fórum Nacional Lixo e Cidadania”. (PEREIRA, 2011, p. 29)

É necessário salientar que a organização do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua partiu de iniciativa da Igreja Católica que viria a organizar eventos nas

diversas partes do país, convergindo ideias com aqueles setores da sociedade que já haviam despertado para o impacto das consequências da pobreza na sociedade.

O ciclo de encontros, fóruns e congressos tornam-se mais constantes no intuito de estabelecer ganhos a essa nova categoria que emerge da sociedade capitalista do século XX, que somente a partir de uma organização mais concreta pode obter algum êxito em suas reivindicações. Em vista disso, (PINHEL 2013, p. 29) destaca que:

O Movimento Nacional começa a surgir em 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Em 2001 ocorreu o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1.700 catadores, impulsionando a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. Naquela ocasião foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades da população que sobrevive da coleta desses materiais.

Com a formalização do MNCR os catadores foram impulsionados a mobilizar-se contestando as condições vivenciadas e buscando melhorias, e reconhecendo os interesses convergentes os catadores se estruturam enquanto grupo para questionar sua posição na sociedade. Revelando nesse sentido que, “a consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para transformação”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 98)

Nesse sentido o MNCR na instancia mais significativa dos catadores alcançando diversas partes do país, embora esteja mais presente nas áreas metropolitanas. Por isso ele se constitui no interlocutor principal no objetivo de defesa dos direitos na implementação de políticas voltadas para as demandas dos catadores. (SILVA, 2018)

As reivindicações foram um chamado para que o Estado e a sociedade viessem a reconhecer o trabalho desenvolvido e estes interviessem de forma a proporcionar suporte ao serviço de utilidade pública prestado pelos catadores.

As demandas iam desde o direito a moradia, saúde, educação e inserção das pessoas em estado de vulnerabilidade nos dados estatísticos oficiais, assistência entre outras pautas que notabilizam a negligência estatal em relação àqueles que se encontram fora do mercado de trabalho. A Carta de Brasília documento chave do movimento elenca várias solicitações (PEREIRA, 2011, p. 30) ressalta:

Na carta foram destacadas a necessidade de convênios para destinação de recursos e apoio a empreendimentos de catadores; inclusão desse grupo no Plano Nacional de Qualificação Profissional; implantação em âmbito nacional de uma política de coleta seletiva, baseada em um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos; e erradicação dos lixões, oferecendo condições de trabalho e renda para as famílias que neles vivem. No documento também reivindicou-se o reconhecimento da existência da população de rua; a inclusão dessa parcela da sociedade no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a integração e criação de políticas para atendimento a essas pessoas; a integração desse grupo na política

habitacional; a garantia de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à educação, especialmente para as crianças; e a geração de oportunidades de trabalho e inclusão no Plano Nacional de Qualificação Profissional.

A realidade social dos catadores demandou deles, por intermédio do apoio de entidades religiosas, e setores da sociedade civil, respostas a situação social precária vivenciada por pessoas que se encontravam apartados das condições materiais de sobrevivência.

Diante da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao governo em 2002, o MNCR pode encontrar um melhor ambiente para interlocução com o governo federal momento em que os catadores puderam ver alguns de seus pleitos priorizados o que possibilitou a sustentabilidade das organizações via financiamento das iniciativas dos catadores. (BESEN, 2011)

Com a introdução do governo de tinha no social uma de suas prioridades os catadores do MNCR, vislumbraram melhores condições de trabalho e reconhecimento para categoria, em setembro de 2003, por decreto presidencial foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis que funcionaria como organizador das ações estatais ligadas à categoria dos catadores. Diante disso (PEREIRA, 2011, p.33) afirma que:

Por meio do Comitê Interministerial são apoiadas ações voltadas para catadores de materiais recicláveis, como o edital do BNDES para disponibilização de recursos para cooperativas e associações, o apoio da Petrobrás à rede de organizações de catadores, a disponibilização pelo Ministério das Cidades do Programa PAC – Resíduos Sólidos, e doação de recursos financeiros da Fundação Nacional de Saúde e MTE em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) para organizações de catadores de todo o país.

No entanto os grupos enfrentavam alguns percalços ligados a requisitos burocráticos, que vão desde a ausência de documento até incapacidade técnica para atender aos requisitos dos editais, além de em alguns casos eles dependerem de iniciativas dos governos locais para acessar os recursos. (PEREIRA, 2011)

Em consequência do processo de organização interna dos catadores nos diversos países latino-americanos sucedeu 1º Congresso Latino-americano com o objetivo de potencializar e agregar a pautas desses trabalhadores destacando a condição dos catadores da região tendo como produto final a Carta de Caxias. (PINHEL, 2013)

No âmbito nacional o MNCR se notabiliza por seu processo democrático de organização, demonstrando o amadurecimento do movimento que, embora surgido da mobilização de setores da sociedade busca a autonomia em suas ações contemplando a opinião das pessoas diretamente envolvidas no processo.

A disposição do movimento dos catadores em trilhar uma trajetória de autossuficiência expressa na Declaração de Princípios e Objetivos do MNCR, institui uma forma de gestão participativa nos empreendimentos organizados pelos catadores garantindo maior liberdade para a classe fundamentada na relação de apoio entre os pares.

Os catadores enquanto atores sociais demandavam maior espaço nas políticas públicas e no campo do trabalho de consolidar a atividade catação de recicláveis como um serviço a ser prestado prioritariamente pelos catadores oportunizando um campo de trabalho digno para a categoria. Nessa perspectiva Pinhel (2013, p. 26) ressalta:

Com a Declaração de Princípios e Objetivos, o MNCR norteia suas ações para a autogestão, a democracia direta, a ação direta popular, a independência de classe, o apoio mútuo e a solidariedade de classe. No que concerne à vida do trabalhador, o documento busca a coleta de recicláveis feita por catadores, o pagamento aos catadores pelos serviços de coleta, o controle dos catadores sobre a cadeia produtiva dos recicláveis, a conquista de moradia, o acesso à saúde, à educação e às creches para eles e suas famílias. Do ponto de vista da gestão de resíduos, o documento defende o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sobrevivência digna de todos.

A requisição desses pleitos institui um momento especial para o movimento expressando um estágio de consciência da classe dos catadores objetivando o reconhecimento das sugestões e a solução para pobreza que os aflige este processo que se estabelece, segundo Montaño; Duriguetto (2010, p. 97) “Conforma uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes”.

O movimento realizado pelos catadores de materiais recicláveis pode ser exemplo da saída do estágio de “classe em si”, pois mesmo fora do mercado formal desempenham um papel determinante no processo produtivo, se constituindo em grupo com interesses sociais e demandas particulares. ““Classe em si” remete à mera existência de uma classe”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 97)

Essa transposição de estágios de consciência dos catadores foi um trabalho árduo que demandou esforços múltiplos na tentativa de efetivar direitos que são garantidos a todos os cidadãos, embora sob um sistema perverso em que a sobrevivência se torna uma tarefa competitiva, o agrupamento dos catadores se tornou um elemento de resistência a esta ordem social excludente.

Ainda sim em meio a todo esse processo organizado é certo que se tem um longo percurso até que os catadores num país de dimensões continentais e contradições sociais

volumosas alcancem a dignidade na profissão que “escolheram” e se reconheçam em quanto inseridos socialmente.

Em virtude dos fatos mencionados, fica evidente que, embora a organização dos catadores no movimento nacional tenha proporcionado ganhos para categoria, expresso na Política Nacional dos Resíduos Sólidos que inseriu os catadores definitivamente no manejo dos resíduos e as cooperativas sejam o maior exemplo disso, fica claro a necessidade da redução dos entraves burocráticos para o melhor desenvolvimento desses agrupamentos.

Ademais, cumpre mencionar que os objetivos das políticas voltadas aos catadores não devem se restringir a atender a demandas da sociedade enquanto uma alternativa para o ritmo de degradação imposto pelo metabolismo do capitalista, utilizando os catadores como objeto numa inclusão precária no âmbito do trabalho, mas desenvolver para esse grupo meios de usufruir plenamente dos benefícios sociais.

3 VIDA DE CATADOR: UM OLHAR SOBRE O COTIDIANO DO TRABALHO DOS CATADORES DE CACHOEIRA.

Neste capítulo irei abordar os dados coletados na pesquisa qualitativa com o intuito de montar um perfil dos catadores em busca de compreender as dificuldades/dilemas enfrentados por esses trabalhadores no município de Cachoeira na Bahia tentando retratar as similaridades existentes nesta categoria com outras formas de trabalho, a fim de, no geral, demonstrar sua relevância como sujeito ativo na sociedade.

Para esse objetivo servi-me do uso de entrevistas com os trabalhadores que coletam material reciclável que embora haja na Lei 12.305/2010 a previsão para uma inserção mais digna dos catadores na cadeia da reciclagem, por estarem desempenhando uma função necessária para a comunidade, os mesmos ainda se encontram a mercê da própria sorte como autônomos/informais.

3.1 Caracterização do município

A pesquisa ora apresentada se desenvolveu em Cachoeira/Ba, cidade histórica e Monumento nacional banhada pelas águas do rio Paraguaçu, o mesmo que serve de limite entre cidade supracitada e São Félix. Localizado no Território de Identidade Recôncavo. A área total do município é equivalente a 395,2 Km² estando a cidade a uma distância de 111 km de Salvador, capital do Estado da Bahia.

De acordo com o Censo Demográfico IBGE (2010), Cachoeira possuía 32.026 habitantes. Sua densidade demográfica era de 81,4 hab./km². Em relação à ocupação das cidades Cachoeira possui 16.387 habitantes residindo em áreas urbanas e 15.639 habitantes residiam em domicílios rurais, o que corresponde a uma urbanização de 51,2% no município.

No censo realizado entre 1991 a 2000 e entre 2000 e 2010 o crescimento da população urbana se apresentou como uma tendência no município de Cachoeira apresentando respectivamente um aumento de 6,8% e 3,5% nesses períodos. Em contrapartida os residentes na zona rural tiveram uma redução entre 1991 e 2000 de 6,8% e entre 2000 e 2010 um aumento de 0,4%.

Segundo o IBGE (2017) o município possui um contingente da população ocupada em torno de 3.939 pessoas o que corresponde a uma taxa de ocupação de 11,2%, isso significa dizer que 88,2% da população ou está desempregada ou exerce alguma atividade no mercado informal.

Em relação ao estoque de emprego formal, entre 2004 e 2014, Cachoeira teve um ganho de 42,4%. Enquanto que em 2004, o município contava com 2.419 postos de trabalho em estoque, no ano de 2014 havia um estoque de 3.444 postos, sendo que, os maiores estoques de emprego formal pertenciam aos seguintes setores de atividade econômica: serviços (936), comércio (634), indústria de transformação (764) e administração pública (968).

Informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) para o município de Cachoeira aumentou de 0,516 em 2000 para 0,647 em 2010. (IBGE, 2010)

3.2 Catadores de Cachoeira: visão sobre trabalho, direitos e reivindicações.

O volume dos resíduos sólidos urbanos é um problema também em Cachoeira, que segundo o secretário de Obras e Meio Ambiente a cidade tem uma produção de lixo estimada em 75 toneladas/semana, e por não possuir o programa de coleta seletiva organizado pela prefeitura todos os materiais recicláveis são destinados ao aterro sanitário, no entanto com a atuação dos catadores no município uma parte desses resíduos recicláveis é desviado do aterro sanitário recebendo uma destinação adequada através da reciclagem.

Segundo Oliveira (2019) dos 417 municípios do Estado da Bahia apenas 43 dispõem de aterro sanitário, estrutura exigida pela PNRS para destinação adequada dos rejeitos, o que não vem sendo respeitado pelos gestores municipais. Segundo pesquisa da Ciclossoft (2018) no que se refere à coleta seletiva apenas 24 municípios baianos do total desenvolvem alguma iniciativa nesse sentido o mais próximo de Cachoeira que desenvolve está atividade são as cidades de Feira de Santana/Ba a 46 Km e Amargosa/Ba a mais ou menos 164 Km aproximadamente. Enquanto em Cachoeira, fui em busca de informações junto ao Secretário do Meio Ambiente e foi constatado tanto na fala dos entrevistados (as) como o secretário que afirmou a inexistência de iniciativa nesse sentido, que seria um meio de integrar de forma digna os catadores de materiais recicláveis que desenvolvem suas atividades de forma precária no município.

No município de Cachoeira predominam os catadores individuais, ou seja, aqueles que trabalham de forma independente. Esta pesquisa teve como foco esses trabalhadores os quais desenvolvem suas atividades nas ruas e comercializam diretamente com o “atravessador¹”.

¹ Atravessador: são comerciantes livres, que atuam na função de repassar os produtos para outros compradores (como é o caso dos catadores em Cachoeira que vendem sua mercadoria para esses comerciantes)

Realizei a pesquisa com 5 catadore(a)s de materiais recicláveis e utilizei para isso um questionário contendo 61 perguntas (que segue em anexo), referentes: a escolaridade, trabalho, renda, saúde e proteção social etc., buscando fazer um perfil dos catadores do município.

Para análise do material coletado nas entrevistas foi utilizado o nome de Fênix seguida de números de 1 a 5 para preservar a identidade dos entrevistados (as). Fênix é uma ave de origem Egípcia, porém, o mito está presente em várias outras culturas a Grega, Romana, Árabe, Chinesa, a escolha do nome se deu por que a fênix é uma ave que representa os ciclos da vida e a esperança no futuro melhor, foi o que pude perceber na fala dos entrevistados que almejam um futuro melhor pelo fato da desvalorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Após a análise e leitura das entrevistas foi possível estabelecer o perfil dos trabalhadores de recicláveis de Cachoeira:

A Fênix 1: sexo feminino, é natural de Cachoeira moradora do Bairro Currais Velhos, tem 77 anos, autodeclarada negra, viúva, estudou até o primário teve somente um filho e adotou outros três, no momento mora sozinha, era trabalhadora autônoma desenvolvia a atividade de vendedora de frutas, verduras e outras mercadorias na feira livre de Cachoeira possui residência própria, é aposentada, começando a trabalhar com material reciclável após a aposentadoria, tendo 4 anos exercendo essa atividade, frequenta a religião evangélica.

A Fênix 2; sexo feminino, é natural da Murutuba zona rural de Cachoeira, moradora do bairro Três Riachos, tem 42 anos de idade, autodeclarada negra, frequentou dois anos a escola considerando-se analfabeta, vive em união estável a 30 anos, frequenta a religião do Candomblé, tem oito filhos, no momento mora com 5 pessoas, em casa de aluguel, pois a sua está em construção, trabalhava como doméstica, e há 22 anos exerce a profissão de catadora com seu companheiro. Ou seja, teve uma vida marcada pelo trabalho com material reciclável.

Fênix 3: sexo masculino, natural de Cachoeira no bairro do Alto do Cruzeiro, tem 75 anos de idade, autodeclarado negro, relatou que estudou pouco e que não tem lembrança, religião católico, vive união estável, e sua esposa cuida da casa e das dois filhos deficientes, é pai de 10 filhos, possui casa própria, recebe BPC- Benefício de Prestação Continuada, há mais ou menos 5 anos trabalha com materiais recicláveis.

Fênix 4: sexo masculino, natural da zona rural de Cachoeira (Fazenda Saco); tem 67 anos; não tem religião; autodeclarado pardo; estudou pouco, pois declarou trabalhar muito na

roça; tem uma filha; mora com a mulher; realiza trabalho na zona rural; não possui casa própria; é aposentado; declarou coletar material reciclável a 20 anos.

Fênix 5: sexo masculino, natural de Salvador; tem 40 anos; não tem religião; autodeclarado pardo; solteiro; estudou o ensino fundamental incompleto; tem 2 filhos; reside sozinho no imóvel cedido; realiza a atividade de chapa²; e há 2 anos trabalha com reciclagem.

Embora não tenha adotado o critério racial para escolha dos entrevistados os mesmos se autodeclararam negros e pardos, demonstrando a presença maciça de pessoas negras exercendo o trabalho de coleta de materiais recicláveis e embora também não tenhamos adotado o critério geração/idade, mas a maioria dos respondentes possui mais de 60 anos de idade (sendo classificados como idosos) e a grande maioria é natural da própria cidade de Cachoeira (zona urbana ou rural). Isso já informa que essa atividade deve ser ocupada, predominantemente, apenas por pessoas da própria cidade³, o que pode revelar pouca atratividade de pessoas externas para esse trabalho.

3.3 Catador de material reciclável: perspectiva sobre o trabalho

A primeira vista pode parecer que a presença de catadores de materiais recicláveis é uma atividade que está evidente em cidades de médio e grande porte, no entanto, em virtude do desemprego e do aumento da desigualdade social, esses profissionais estão presente em quase todas os municípios brasileiros, e em Cachoeira/Ba não seria diferente.

A partir do diálogo com os catadores pude perceber algumas particularidades do trabalho evidenciadas a partir das falas dos entrevistados e entender um pouco sobre o que os levou a exercer a atividade de catador de material reciclável.

Inicialmente as entrevistas desenvolveram-se em torno de aspectos relacionados às relações de trabalho e a inserção deles no mercado da reciclagem. Segundo Telviana da Silva (2012, p. 11) “[...] o desemprego se transformou em um indispensável elemento explicativo dos problemas de transformação econômicos e sociais. Os fatos comprovam uma degradação de uma parcela crescente da população ativa”.

Além do desemprego outro fator que contribuiu para a inserção dos catadores no trabalho de reciclagem foi o analfabetismo, entre os 5 entrevistados apenas 2 são

² Trabalhador cuja atividade é a carga e descarga de caminhões, que também é parte do trabalho informal de rua no Brasil. Para saber mais sobre a atividade de chapa consultar tese de doutorado TERRA, Sirlei Pires. Trabalho sem futuro: a informalização da atividade dos chapas em São Paulo. Tese em Ciências Sociais: São Paulo PUC, 2007.

³ Não há dados precisos sobre o número de catadores que residem no município, porém a partir do diálogo com o secretário de Obras e meio ambiente e com os catadores estima-se que haja de 10 a 15 famílias no município de Cachoeira retirando alguma renda da reciclagem.

alfabetizados, o que corresponde a 40% dos catadores entrevistados, porém, eles não tem o ensino fundamental completo o que ocasiona grande dificuldade ao tentar se inserir no mercado de trabalho.

Nesse sentido, afirma Silva (2012, p. 13) “[...] os trabalhadores inseridos no ramo da catação dispõem de baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação formal, obtendo capacitação profissional quase que exclusivamente pela via da experiência”. Sendo assim a reciclagem se torna um fator importante para construir a estratégia de sobrevivência dessas famílias.

As entrevistas da Fênix 2 e Fênix 4 são exemplos desse fator preponderante em relação a ausência de escolaridade, vejamos:

“Eu para dizer a verdade eu não estudei, eu não achei pai, não achei mãe, posso dizer que não estudei foi dois anos só” (SIC). (FÊNIX 2, 2019)

“Não estudei, em pequeno eu estudei, mas não preni porque era mai em negoço de roça e so ia um dia doi na semana então não aprendi nada e depois que meu pai morreu desaparei de vêi”.(SIC). (FÊNIX 4, 2019)

Os trechos refletem que o processo da evasão escolar dos entrevistados está ligado diretamente à condição de carência vivenciada pelas famílias desses catadores, que, em condições precárias de sobrevivência, não dispuseram de meios para que os mantivessem no âmbito escolar. No entanto, a experiência como catador, para muitos dos entrevistados, não está atrelada a inserção de outros membros da família no trabalho com reciclagem apenas um dos entrevistados disse ter um parente que já realizou o trabalho como catador, demonstrando que a maioria dos casos (na nossa amostra) não está ligado a uma sequência familiar (ou geracional), mais sim a uma conjuntura e necessidade imediata de sobrevivência.

No que diz respeito ao exercício de outra atividade no mercado de trabalho, os entrevistados expuseram algumas de suas experiências de vida em outros setores antes de se inserirem no trabalho de catador, seguem abaixo algumas das falas:

“Era trabalhadora autônoma, lavava roupa de ganho, vendia na feira e continuo a vender água e geladin, mas antes eu vendia verdura, tira-gosto, pastel, fubua [o mesmo que Cachaça destilada] que fazia enxarope”. (SIC). (Fênix 1, 2019)

“Antes de trabalhar com reciclagem trabalhava em casa de família eu parei de trabalhar na casa de família porque eu tava muito cansada eu achava um trabalho muito cansativo e o dinheiro não dava para me manter meus filho”. (SIC). (Fênix 2, 2019)

“Trabalhava de camelô comprando vendendo aqui em Cachoeira mesmo viajava para Maragojipe, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Castro Avi, Itatim por toda região Porque o dinheiro acabou a família

creceu ai e foi acabando tudo, ai me ajoguei no serviço e se encruzo os braços e não me ajogo mesmo no trabalho senão não criava nem os fi”. (SIC). (Fênix, 3, 2019)

Lembrando que entre os cinco entrevistados apenas um teve a carteira assinada com direitos trabalhistas, mas que não conseguiu voltar ao mercado de trabalho por falta de oportunidade, e uma entrevistada que conseguiu trabalhar e pagar ao INSS- (Instituto Nacional de Seguridade Social), mas trabalhou a vida toda como autônoma até que se aposentou e percebendo que a aposentadoria não era suficiente para sua manutenção, ela recorreu a reciclagem como auxílio nos gastos. Como mostra na narrativa:

Eu vendia na feira, sou aposentada, paguei trinta anos de INSS. (SIC). (Fênix1, 2019)

Trabalhei de pedreiro em Salvador e São Paulo de carteira assinada deixei de trabalhar porque perdi o emprego. (SIC). (Fênix 5, 2019)

Como forma de entender a rotina diária dos catadores foi solicitado que os mesmos descrevessem as atividades desenvolvidas durante o trabalho de reciclagem, com base nas entrevistas foram expostas as dificuldades encontradas para a execução do trabalho. Segue abaixo relato da rotina diária dos catadores:

“Eu lavanto 2:30 e 3:00 horas eu saio de casa, ai volto umas 5:00 horas da manha; em casa eu separo lata, garrafa demoro uns 30 minutos fazendo a separação porque é pouco; só não venho nem quinta e nem quarta, porque são os dias que não tem latinha e também tem tanto catador que cunde eu chego eles já tão catando tudo”. (SIC). (FÊNIX 1, 2019)

“Acordo 7:00 horas e começo 8:00 horas vou para casa meio dia e retorno 13:00 até 15:00 Eu desço e vou recatano té a rua, tem gente que já bota separado, mai tem gente que bota junto do lixo, ai agente abre o saco e não pode lascar o saco do lixo agente abre recata e torna marrar o saco para o carro do lixo panhar. Temos que fazer isso antes do carro do lixo passar senão eles leva tudo e os gari também cata e vende”. (SIC). (FÊNIX 2, 2019)

“Acordo 4:30, 5:00 horas antes do gari barrer a rua para eu pegar, durante eu tiver achando o material eu tou na rua até meio dia até uma hora e não teno vou para casa 10 horas, 11 horas eu so venho di tarde na hora do povo colocar material papelão, latinha ,eu num tenho quantidade das horas purque hoje mermo eu acordei 5 horas 5:30 e ai catei um feixe de papelão e larguei na porta do deposo.eu cato material durante os dias que tou aqui, porque tenho que cuidar da roça também mas levo 2, 3 dias, levo uma semana e tempo de festa e durante a festa toda qui tem material latinha essas coisas eu tou aqui só vou pra roça depois que termina”. (SIC). (Fênix 4, 2019)

Os relatos acima parecem revelar um conflito entre Catadores e Gari onde os ambos competem entre si na busca por materiais recicláveis, que ao mesmo tempo é intrigante e triste essa disputa interna entre dois tipos de trabalhadores que lidam com o lixo, o

funcionário da prefeitura e catador e a falta de solidariedade entre eles também, pois os Garis já exercem uma profissão, mas cabe ao poder público agir criando uma política de reciclagem com os catadores para evitar esse tipo de competição entre eles.

A jornada de trabalho do catador não se restringe apenas a coleta na rua, todos os entrevistados relataram que sua rotina de trabalho tem continuidade ao chegar em casa quando fazem a seleção dos materiais para posteriormente serem vendidos e muitos revelaram que exercem mais de uma atividade laboral para sobreviver (como plantar na roça, trabalhar de chapa etc.) que isso revela uma condição de vida em si precária e pesada. Como fica explícito nas falas em destaque:

“Eu pego todos os material, é separado por tipo, cadeira branca, o ogurte, e o prastico fino esse é o que dá mais dinheiro, agora vem o bujão do óleo de cozinha, o pet, prastico de cor a bacia. Vendemos esse material todo a uma pessoa só, mas separamos em casa”. (SIC). (FÊNIX 2, 2019)

“Em casa eu separo lata, garrafa demoro uns 30 minutos fazendo a separação porque é pouco”. (SIC). (FÊNIX 1, 2019)

A partir da análise das narrativas fica evidente que os catadores para conseguirem juntar os materiais, além da dificuldade de percorrer as ruas remexendo as lixeiras, acabam tendo que enfrentar a concorrência de outros catadores e dos agentes da limpeza pública que também se utilizam dos materiais recicláveis para acumular uma renda extra, como diz um relato:

“[...] até os caras que trabalham na limpeza pública não deixa nada para ninguém quando agente chega no lixão eles já levou tudo porque o material mais valioso eles pegam tudo”. (SIC). (FÊNIX 3, 2019)

Além disso, é notório que para sobreviver os catadores acabam tendo que desenvolver outras atividades para suprir suas necessidades devido ao baixo valor dos materiais recicláveis, exceto uma família que relatou viver apenas do trabalho com reciclagem. Como é perceptível na fala das Fênix 2 e 3:

“[...] mas pra nada não da não, também trabalho no carrim de mão [carregando alimentos e coisas na feira e mercados] para interrar a bobagizinha. Por mês da micharia 200, 300 contos o negociim da gente e poquim agora quem tem deposo grande e transporta a carreta ganha dinheiro agente que pega para vender a vende a eles baratinho”. (SIC). (Fênix 3, 2019)

“Eu sobrevivo apenas cum o trabalho da reciclage tem vez que por mês tiro 2000kg de material variado e com esse trabalho eu consigo suprir as necessidade” (SIC). (Fênix 2, 2019)

Segundo os próprios catadores, as pessoas não se interessam pelo trabalho de reciclagem por ser desvalorizado na sociedade, quando o cidadão começa a fazer o trabalho de catador é pela falta de oportunidade no mercado formal que garanta seus direitos trabalhistas e pela necessidade de sustentar a família e a si mesmo, como diz (Fênix 3, 2019):

“[...]e aquilo ali tem que ter força e corage o trabai além de ser ruim que é modo de dizer porque é trabaio é bom mas, não e todo mundo que quer, cunde você ver um camarada se jogar num trabai assim desse é porque tem pricissao[...]”. (SIC)

Nesse contexto de pobreza os catadores de Cachoeira apesar de estarem na base da cadeia da reciclagem e ficarem com o maior trabalho e o menor ganho/renda, buscam conquistar de forma digna os recursos para conseguir sobreviver. Entre os aspectos que levaram um dos entrevistados a recorrer ao trabalho com coleta de materiais recicláveis como forma de obter uma fonte de renda está o relato de um dos entrevistados que declarou ter se inserido nessa atividade após adoecer e sua aposentadoria não dar conta de suprir as despesas médicas. A condição de precariedade do trabalho do catador está ligada também ao baixo valor que o mesmo recebe pela comercialização dos materiais coletados. Como diz Bartolli (2009, p.109): “A venda individual e em pouca quantidade faz com que os preços levem os catadores a um nível de renda muito baixo”. Porém, aqueles que desejam alcançar melhores rendimentos tem que enfrentar jornadas estafantes de trabalho diário, vejamos os relatos de Fênix 3 e 5:.

Por mês da micharia 200, 300 contos o negocim da gente e poquim agora quem tem deposo grande e transporta a carreta ganha dinheiro agente que pega para vender a vende a eles baratinho. (SIC). (FÊNIX 3, 2019)

[...] o cara que compra na minha mão lá ele imprensa e leva no caminhão para Feira de Santana e Salvador e la ele vende por outro preço e vão vivendo a vida deles. (SIC). (FÊNIX 5, 2019)

3.4 Busca pelo sustento, risco e insegurança nas ruas de Cachoeira

Também foi relatado pelos entrevistados a ocorrência de acidentes na jornada de trabalho levando a perceber a precarização do trabalho dos catadores em vista de não disporem de material de proteção adequada para realização do trabalho. Segundo Silva (2012) os catadores sofrem pela exposição direta a diversos agentes químicos, físicos e biológicos contidos em lixos de origem hospitalar ou contato com material perfurocortante, além de possibilidade da ocorrência de atropelamentos. Assim foi relatado pelos entrevistados sobre acidentes ocorridos no trabalho:

“Eu nunca tive acidente, mas meu companheiro já, com o facão cortano o prastico porque o prastico da cadeira mermo tem que cortar para insacar ai o facão iscapuliu e cortou o pé”. (SIC). (FÊNIX 2, 2019)

“Cortei o dedo na garrafa quebrada no lixo duas vezes e agora eu tenho mais atenção”. (SIC). (FÊNIX 1, 2019)

“Sempre arrente tem um talhozinho assim vez arrente fica até com medo, mas quem guarda agente é Deus não acontece nada”. (SIC). (FÊNIX 3, 2019)

3.5 Catador de material reciclável reconhecimento e valorização

A resistência em reconhecer o trabalho do catador enquanto profissão pode ser um dos empecilhos a valorização da categoria pela comunidade, sendo a atividade vinculada ao desemprego e extrema pobreza, se tornando mais problemática ao passo que se processa junto ao que a sociedade descarta como lixo atribuindo uma conotação de sujeira ao trabalhador. Por isso ao serem indagados sobre o desejo de deixar o trabalho com reciclagem os catadores responderam que:

“Eu tenho vontade, mas a reciclage me dá um dinheirinho a mai para ajudar”. (SIC). (FÊNIX 4, 2019).

“Rapaz enquanto desempregado tenho que viver dele”. (SIC). (FÊNIX 5, 2019)

“Eu tenho vontade de deixar o trabalho com reciclage, porque agente pega muito nos lixos e lixo é nojento”. (SIC). (FÊNIX 1, 2019).

“Se eu arruma outro emprego e da para eu manter meus filho sim eu tenho vontade se for uma coisa melhor”. (SIC). (FÊNIX 2, 2019).

Verifica-se nessas falas que os catadores tem na atividade de reciclagem uma alternativa transitória a situação financeira vivenciada, pois não veem o trabalho com reciclagem como algo bom como um emprego formal e embora estejam exercendo um trabalho, para os mesmos, eles ainda se encontram desempregados como evidenciada na fala da Fênix 5, ou também pela visão da Fênix 1, sobre a associação do trabalho com reciclagem ao lixo como sendo algo nojento.

Apesar de o trabalho exercer uma função central na vida em sociedade, nem todas as atividades recebem essa designação, a profissão do catador é uma delas, o catador é um profissional que está em quase todas as cidades do Brasil, todavia existe uma resistência em conceber esta atividade como uma profissão, essa percepção deve estar vinculada a associação do trabalho de catador a um nível de degradação social, vinculado à extrema pobreza como uma atitude extrema para sobrevivência. A respeito da profissão afirma Nelson Gouveia (2012) que a atividade de catador desde 2002 foi reconhecida pela CBO- Classificação

Brasileira de Ocupações, como profissão registrada sob o número 5192-05 como “Catador de Material Reciclável”.

Não bastando à rotina desgastante de trabalho dos catadores os mesmos relataram sofrer diversos tipos de discriminações devido ao trabalho que exercem, vários estigmas são criados em torno dos catadores e pouco respeito à categoria. Para Silva (2012) conotações negativas atribuídas aos catadores está vinculada ao trabalho desenvolvido junto a aquilo que para a sociedade é considerado nojento, por isso, devendo ser destinado a locais distantes, e, no entanto, os catadores tem que revirar o lixo para poder recuperar os materiais recicláveis. Como explicitado:

“Já sofrer discriminação muita já passei muita humilhação, mas eu tou aqui de cabeça erguida, ai eu passava gritava assim lá vai a lixeira, sai daqui fedorenta, mas Deus me dá muita força de eu vencer”.(SIC). (FÊNIX 2, 2019)

“O povo critica assim, você fica ai pegano lixo você vai pegar uma doença ai, vai pegar microbi é isso, é aquilo você é doido e eu faço isso sem luva sem nada e graças a Deus nunca peguei nada. Hoje tudo é preconceito as pessoas pensa que tou pegano cousa no lixo pra cume, mai num é, é o meu trabaio”. (SIC) (FÊNIX 4, 2019)

Vale destacar, portanto, que a atividade de catador é atravessada fortemente pela marca da discriminação, do estigma e do pré-conceito como pudemos verificar nas falas dos pesquisados. Ressalta-se também a parte final da fala de Fênix 4 acima em que coloca em cena a ideia que, apesar de tudo que ocorre, apesar de todas as violências simbólicas que sentiu e vê na sua atividade, mas ainda assim Fênix 4 diz esse aqui é meu trabalho. Quer dizer, tem também uma noção ontológica de estar trabalhando ali, do trabalho ser algo fundamental em sua vida e fonte de sobrevivência.

Segundo Ervin Goffman (2004) fica claro que os membros de minorias e as pessoas de classe baixa, poderão ser vistos como indivíduos estigmatizados que também é fruto da desigualdade social, como os catadores de materiais recicláveis que carregam inúmeros estereótipos, devido a desempenharem seu trabalho com o lixo. Como segue afirmando Goffman :

[...] os membros da classe baixa que, de forma bastante perceptível, trazem a marca de seu status na linguagem, aparência e gestos, e que, em referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe. (p.123).

No entanto nem tudo é ruim, os entrevistados em suas narrativas relataram que uma parcela da população contribui com o trabalho dos catadores separando os materiais recicláveis e quando eles passam já dão para eles o material selecionado, vejamos:

“Muitas pessoas ajunta para me e deixam casa e eu vou la e reciclo”. (SIC). (FÊNIX 5, 2019)

“A metade [das pessoas da cidade] apoia, a metade critica modo de dizer não dão valor quem dá valor como nos mermo”. (SIC). (FÊNIX 3, 2019)

“Apoia meu trabalho que a maioria das pessoas separa o lixo da reciclagem e da força agente trabalha e dá valor, agora tá faltando a prefeitura calambora”.(SIC). (FÊNIX 2, 2019)

De acordo com os entrevistados a prefeitura não dispõe de nenhum suporte ao trabalho dos catadores sendo que alguns deles acreditam que a prefeitura nem saiba da existência do trabalho dos catadores no município. Embora eles desempenhem uma atividade que beneficia o município, mas o descaso e a invisibilidade ao trabalho dos catadores é visível em suas narrativas. Ao serem perguntados se recebem algum benefício da prefeitura para execução do seu trabalho disseram:

“Eu acho que eles nem sabem que faço esse trabalho”. (SIC). (FÊNIX 1, 2019)

“não, mas é um projeto que era pra prefeitura ter aqui na cidade porque muito material se perde e em outras cidades nada se perde os donos de supermercados mesmo já tem uma pessoa certa para vender o papelão que eles separam aqui é parado. A prefeitura era para dá uma bolsa as pessoas que trabalham com esses tipos de coisas para ajudar já que a pessoa está desempregada, e se você for pedir uma luva eles dizem tem que procurar cicrano e beltrano aí a pessoa não vai ficar perdendo tempo senão tempo vai passando e você não faz nada”. (SIC). (FÊNIX 5, 2019)

“A assistência social já deu luva e bota e todo mês dava e de uns tempos para cá parou de dá não sei porque”. (SIC). (FÊNIX 2, 2019)

De acordo com os relatos anteriores podemos perceber que os catadores seguem como *sujeito invisibilizado e desvalorizado* por parte da prefeitura sem nenhuma política pública que atenda à categoria. Tal fenômeno da invisibilidade afeta outras categorias como fica evidente na tese de doutorado de Fernando Braga da Costa aonde ele descreve o cotidiano de dois garis na perspectiva desses profissionais por um longo período constatando que essa categoria passavam por um fenômeno conhecido como invisibilidade pública situação em que a população ignora a presença desses profissionais tornando-os invisíveis a população acarretando um mal estar nessas pessoas, pois, se sentem excluídas na sociedade. Segundo (COSTA, 2008, p. 15)

A invisibilidade pública é resultado de um processo histórico de longa duração. Rebaixa a percepção de outrem especialmente a percepção de alguém vinculado a forma baixa de trabalho assalariado, o trabalho desqualificado, alienado e alienante.

No caso dos catadores a implementação da Lei 12.305/2010 da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) traria a possibilidade de utilização desses profissionais, organizados em cooperativas, na coleta seletiva nos municípios, dando visibilidade a essa categoria esquecida pelo poder público e ignorada por parte da população, no entanto, o município de Cachoeira não disponibiliza este serviço.

A ausência de cooperativa no município é um dos fatores que dificultam o trabalho dos catadores, pois tem que vender os materiais aos atravessadores a preços muito baixos tendo desvantagem na renda adquirida com o trabalho de reciclador que segundo a Fênix 5 se tivesse uma cooperativa melhoraria muito na negociação dos materiais coletados, vejamos:

“[...] é um projeto que era pra prefeitura ter aqui na cidade porque muito material se perde e em outras cidades nada se perde os donos de supermercados mesmo já tem uma pessoa certa para vender o papelão que eles separam aqui é parado” (SIC). (FÊNIX, 5, 2019)

A implementação da cooperativa seria a forma mais consistente de apoio ao trabalho dos catadores, uma vez que, os ganhos alcançados seriam maiores. Na reportagem da Folha de São Paulo em entrevista com catadores sobre cooperativismo, Henrique Guilherme Bramme Júnior afirma que: sua “vida mudou completamente quando foi apresentado ao cooperativismo e a possibilidade de criar uma cooperativa. Isso foi um divisor de águas”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 09 de outubro de 2019). A reportagem segue afirmando que a vida de muitos catadores mudou após conhecer o empreendedorismo social da cooperativa. Pois, quando os trabalhadores passam a ter segurança aumenta a autoestima e o fluxo produtivo e dos ganhos e isso impacta completamente a vida das pessoas. Com isso “reintegra essas pessoas que se sentiam excluídas da sociedade”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 09 de outubro de 2019)

Já em Cachoeira que não dispõe de uma cooperativa a renda com materiais recicláveis segundo os catadores é baixa e não dá pra suprir as necessidades cotidianas, mas consegue tirar uma renda maior tempo de festa ou quando há jogos no estádio municipal, porém tem que concorrer com outros catadores vindos de outras cidades que também realizam a coleta no município nesse período, vejamos alguns depoimentos:

“Dia de jogo é eu e mais três pessoas para pegar latinha no campo mais cada um pega pra si mesmo, e nas festa assim vem gente de fora até de savado vem ai é muita gente”. (SIC). (FÊNIX 4, 2019)

“São João é a melhor época de catar reciclage e vem gente de Feira de Santana para cá. Eu cato latinha e garrafa pet, papelão é muito pesado e toma muito espaço e meu espaço e pequeno Quando tem comemoração é que conseguimos mais mais é pouco”. (SIC). (FÊNIX 1, 2019)

“Final de ano é o período que faço mais dinheiro da reciclagem, ainda não parei para pensar porque, nem o São João não faço mais que o final de ano”. (SIC). (FÊNIX 2, 2019)

Cachoeira é uma cidade heroica tombada como monumento Nacional é uma das principais cidades do Brasil conhecida internacionalmente, pois, vem pessoas de vários lugares do mundo, em busca de conhecer a beleza colonial arquitetônica barroca de Cachoeira. E apreciar as festas tradicionais que ocorrem no decorrer do ano como é o caso da Festa do São João, Festa da Irmandade da Boa Morte, Festa de Nossa Senhora da Ajuda, FLICA- Festa Literária Internacional de Cachoeira, e entre outros eventos que movimentam a economia do Recôncavo, e aquece o trabalho dos catadores.

O turismo é uma das características marcantes do Município como foi relatado pelos entrevistados (as) é nos períodos das festas em que conseguem tirar uma renda maior devido ao aumento do consumo na cidade que eleva a produção de resíduos sólidos.

A importante contribuição dos catadores com o trabalho da reciclagem na cidade de Cachoeira no Recôncavo baiano muitas vezes passa despercebido pela maioria da população como se fossem invisíveis, pois, segundo os entrevistados as pessoas passam por eles e fingem não os vê e poucos lhe cumprimentam e quando falam não respondem por se considerarem estar numa posição melhor que a dos catadores. Assim como descreve a fala:

“Muitos passa sava [saúda] muitos passa não sava e muitas vezes arente passa da um bom dia eles se acha que é o dono do mundo não sabeno que o dono do mundo é Deus ele não é Deus um bom dia hoje qualquer um aceita agora tem gente que se finge no mundo pensa que não vai morrer todos eles, morre branco, morre pobre morre rico, morre todo mundo morre, mas o orgulho quer dizer não é todos mais a metade son orgulhoso. Quando arente morre o paciente morreu tem que correjar pro sumitero né andando ele num vai ontem não adianta tudo é besteira, outro tem uma casa bunita, tem uma casa boa tem uma mulé bunita tudo isso que acontece no mundo é besteira” (SIC). (FÊNIX 3, 2019)

“Tem muita gente que finge que num vê meu trabalho”. (SIC). (FÊNIX 2, 2019)

Esta invisibilidade reflete a ignorância e pré-conceito arraigado da população que desconhece a importante contribuição dos catadores para toda sociedade, assim como sua regulamentação enquanto categoria profissional o que deveria lhe garantir melhores condições para o exercício das suas atividades, no entanto a ineficiência do poder público municipal em viabilizar condições dignas de trabalho aos catadores os condiciona a situações insalubres na vida profissional e social transmitindo uma visão negativa do trabalho com resíduos sólidos.

A situação dos catadores reflete o contexto complexo vivenciado nas sociedades modernas em que presenciamos que as exigências profissionais da sociedade capitalista

excluem muitas pessoas do mercado de trabalho formal e, por outro lado, mesmo aqueles que conseguem obter um rendimento mínimo a exemplo de aposentadorias e benefício sócio assistenciais, estes valores se tornam insuficientes para suprir as necessidades básicas, forçando as pessoas a recorrerem a coleta de materiais recicláveis, como foi constatado entre os participantes desta pesquisa, transformando a reciclagem em um meio de complemento da renda, ocasionando apropriação da força de trabalho do catador em favor de terceiros a um valor quase que simbólico.

Levando em consideração os aspectos apresentados conclui-se que o trabalho dos catadores de materiais recicláveis deve ser valorizado, pois entre todos os benefícios que a profissão proporciona, ambiental, econômico, e que ainda apoia o turismo (pois minimiza o impacto turístico na cidade) é interessante reiterar que a categoria ainda demanda um olhar específico voltado ao lado social da profissão, no entanto a partir dessa constatação fica mais destacada a omissão do poder público com essa categoria que no município de Cachoeira exerce a coleta seletiva voluntariamente sem nenhuma contrapartida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse trabalho teve como foco os catadores de materiais recicláveis de Cachoeira/Ba, durante a análise do material coletado foi possível perceber que essa categoria é constituída por pessoas que buscam através do trabalho com reciclagem alcançar uma condição de sobrevivência para si e seus familiares, no entanto esses profissionais convivem diariamente realizando sua atividade em condições precárias e resistindo mesmo diante de barreiras gigantes (simbólicas e violentas) de pré-conceito, discriminação e estigma.

Por se tratar de uma região em que as oportunidades de emprego formal são escassas e, além disso, os catadores estarem inseridos no grupo das pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade e com um histórico pessoal e familiar de exclusão e miserabilidade social e pouca qualificação profissional, os mesmos tem dificuldade de ingressar no mercado de trabalho. Na verdade, pudemos perceber que a existência laboral do catador é quase que exclusivamente um meio de vida e uma forma de reprodução social da classe subalternizada e periférica.

Por outro lado, estes catadores desenvolvem suas atividades no município individualmente sem nenhum apoio da prefeitura não dispendo de nenhum tipo de organização coletiva que lhes proporcione melhores condições na coleta e comercialização dos materiais junto aos donos de depósitos o que torna essa atividade lucrativa para quem compra os recicláveis e uma renda mais baixa para os catadores.

É importante ressaltar a precariedade em os trabalhadores com materiais recicláveis, estão expostos ao desenvolver a atividade, como ficou explicito no relato dos entrevistados, que ao remexer no lixo domiciliar em condições insalubres eles estão sujeitos a adquirir doenças, além de acidentes, com objetos perfurocortantes depositados de forma inadequada no lixo.

Em vista do que foi apresentado na pesquisa verifica-se que o objetivo geral de discutir as dificuldades cotidianas vivenciadas pelos catadores de materiais recicláveis de uma cidade de pequeno porte do interior da Bahia foi atendido, pois ficou explicito por intermédio desse trabalho que os catadores enfrentam várias dificuldades no seu cotidiano de trabalho, no que tange a coleta dos materiais, além de passar por discriminações ocasionadas devido ao exercício da atividade.

No que diz respeito à coleta do material da pesquisa, foi utilizado o roteiro de entrevista que ofereceu elementos importantes para entender um pouco sobre a realidade

vivenciada pelos catadores, chamando a atenção para a categoria que é invisibilizada e desvalorizada socialmente. Diante disso, elencamos elementos que corroboram para o entendimento da atividade dos catadores em Cachoeira, enquanto grupo impactado pelas mudanças estruturais do capitalismo que reverberam no mercado de trabalho, resultando numa categoria explorada na cadeia da reciclagem.

A pesquisa ora apresentada encontrou como limites a inexistência de: dados disponíveis sobre os catadores de Cachoeira/Ba no cadastro da respectiva secretária que trata da limpeza pública e do meio ambiente, a resistência do dono do depósito de reciclagem em disponibilizar dados sobre os número de catadores que mantinham relações comerciais com aquele estabelecimento, fatores que poderiam ter contribuído ainda mais para o resultado da pesquisa e para o dimensionamento amostral.

Em decorrência de reconhecer a relevância do tema, fica visível a necessidade da realização de estudos que possam se aprofundar na realidade dos catadores do Recôncavo, em vista de garantir uma inserção social e de trabalho mais digna para esses profissionais através da efetivação das políticas públicas específicas para a categoria e como uma forma de tornar visível aquilo que querem invisibilizado ou dizer aquilo que não querem que seja dito.

É bom acrescentar ainda que outro aspecto a ser considerado, seria compreender a importância dos programas sociais de transferência de renda para a manutenção da sobrevivência desses catadores na região do Recôncavo.

Diante dos dados coletados fica evidente a função social desempenhada pelos catadores no auxílio à limpeza pública do município, ao mesmo tempo em que realizam um trabalho ambiental, ao passo que o município descarta todo o lixo no aterro sanitário sem que haja nenhum reaproveitamento de materiais recicláveis. Portanto, os catadores constituem uma espécie de vanguarda ambiental.

Ademais, os resultados apresentados deixa evidente a necessidade de atuação do poder público municipal de Cachoeira/Ba para efetivação da Lei 12.305/2010 para que além da disposição final adequada do lixo possam ser desenvolvidas medidas que valorizem a atividade do catador como profissão dotada de direitos, visto que, com base nas observações, ficou evidente a desigualdade social em que estas pessoas estão sobrevivendo. Como disse um catador no momento da pesquisa, que mostramos antes: “As pessoas pensam que tou pegando coisa no lixo pra comer, mas não é, é o meu trabalho” (FÊNIX 4, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. 2017. Disponível em: http://www.abrelpe.org.br/pdfs/panorama/panorama_abrelpe_2017.pdf. Acesso em: 16/10/2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16º ed. São Paulo: Cortez. 2015.
- ARGOLO, Joelma Cristina Rebouças. **SOBRE VIVER NO/DO LIXO: O TRABALHO DO CATADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO ATERRO CONTROLADO DO MUNICÍPIO DE AMARGOSA-BA**. Cruz das Almas, 2013 Dissertação (Mestrado Profissional) Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, 105p. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
- BALIM, Ana Paula Cabral; MOTA, Luiza Rosso; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. Complexidade Ambiental: o repensar da relação homem-natureza e seus desafios na sociedade contemporânea. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p.163-186, 05 fev. 2014. Semestral.
- BAPTISTA, Vinícius Ferreira. Liberdade pelo trabalho ou trabalho pela liberdade?: o caso dos catadores de materiais recicláveis. **REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 119-135, jan./jun. 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para o consumo: a transformação das pessoas em
- BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. de. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da. GUERRA, Antonio José Teixeira(Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.
- BORTOLI, M. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2009.
- BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial**. Brasília, DF. 02 de ago. de 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm Acessado em 14 de out de 2019.
- CALGARO, Cleide. Desenvolvimento sustentável e consumo: a busca do equilíbrio entre o homem e o meio ambiente. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (Org.). **Relações de consumo: Meio ambiente**. Caxias do Sul: EducS, 2009. p. 45-72.
- CAPRA, Fritjot. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução: Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Editora Cultrix.1996.

CEMPRE. **Review 2019**. Disponível em: cempre.org.br/upload/CEMPRE-Review2019pdf. Acessado em: 18/10/2019.

CICLOSOFT. **4 years of research**, 2018. Disponível em <http://cempre.org.br/ciclosoft/id/9>. Acessado em 03/11/2019.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITO DA SOCIEDADE EM REDE, 2., 2013, Santa Maria/ RS. **A QUESTÃO AMBIENTAL E SUAS PROBLEMÁTICAS ATUAIS: UMA VISÃO SISTÊMICA DA CRISE AMBIENTAL**, Santa Maria/RS. **Anais...** UFSM- Universidade Federal de Santa Maria, 2013. p. 657- 669.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis.: um estudo de psicologia social a partir de observação participação e entrevista**. Um estudo de psicologia social a partir de observação participação e entrevista. 2008. 403 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DIAS, Edson dos Santos. OS (DES) ENCONTROS INTERNACIONAIS SOBRE MEIO AMBIENTE: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À RIO+20: EXPECTATIVAS E CONTRADIÇÕES. **Cadernos Prudentino**, Presidente Prudente, v. 01, n. 39, p.06-33, jan. 2017. Semestral.

FERREIRA, J. A; ANJOS, L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. In: **Cad Saude Publica**, 17(3), 2001. p. 689-696.

FOLADORI Guillermo,; TAKS, Javier. UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL. **MANA**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 323-348, jul. 2004.

FONTES, V. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 201-239.

GAMA, Stefano Herkenhoff e. **Garimpeiros urbanos: a valorização do “lixo e a desvalorização do trabalho (um estudo de caso com catadores de materiais recicláveis de Salvador, Bahia)**. 189p. Dissertação (Mestrado, Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC. 1975.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010. 190 p.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. (Org.) **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. p. 81- 103.

HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN D. J. (Org.) **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o**

desenvolvimento brasileiro. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, 2007. p.13-49.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama>. Acessado em 22 de out de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama>. Acessado em 22 de out de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama>. Acessado em 22 de out de 2019.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferência de desenvolvimento sustentável.** Brasília: FUNAG, 2013.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Gustavo da Costa. O Discurso da Sustentabilidade e suas implicações para a Educação. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo, v. 6, n. 2, jul/dez. 2003, p. 100-119.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Do desenvolvimento sustentável à economia verde operam-se avanços ou retrocessos?. In OLIVEIRA, Marcia Maria Dosciatti de. et. al. (Org.). **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade.** Caxias do Sul: Educs, 2017. p. 142-168.

MARION, C. V; A questão ambiental e suas problemáticas atuais: uma visão sistêmica da crise ambiental. In: 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 2013, Santa Maria, RS. Anais - Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria: UFSM, 2013. v. 2. ed. p. 657-669.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 24ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MEDEIROS, L.F.R.; MACEDO, K.B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, 18(2), 62-71, 2006. mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. **Política & Sociedade**, Santa Catarina, n. 13, p.17-33, 18 out. 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, M. L. **ESTADO, CLASSE E MOVIMENTO SOCIAL.** São Paulo: Cortez, 2010.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Ecomarxismo e capitalismo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 28, p. 107-132, out. 2000.

NUNES, L. S. A Questão Socioambiental e os Desafios ao Serviço Social. **O SOCIAL EM QUESTÃO** (ONLINE), v. 40, p. 209-228, 2018.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe; PEREIRA, Mariana Mioranza Koppe . Hiperconsumo e a ética ambiental. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (Org.). **Relações de consumo: Meio ambiente**. Caxias do Sul: Educs, 2009. p. 11-26.

PEREIRA, Maria Cecilia Gomes. **Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG)**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresa de São Paulo, 124 p. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo.

PINHEL, Julio. **Do lixo à cidadania**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2013.

PLETSCH, J. A. PLETSCH, M. A relação do homem com a natureza e o impacto na conservação das espécies. In: OLIVEIRA, Márcia Maria Dosciatti de. (Org). **Cidadania, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Caxias dos Sul: Educs, 2017. p. 184-199.

POMBO, Cristiano Cipriano; MATINO, Rodolfo Stipp. ‘A gente não recicla somente lixo, mas vidas’, diz líder de catadores. **FOLHA DE S. PAULO**, SÃO PAULO, 09 de out. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2019/10/a-gete-nao-recicla-somente-lixo-mas-vidas-diz-lider-de-catadores.shtml>

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Quantos catadores existem em atividade no Brasil? Disponível em <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil> . Acessado em 02/11/2019, às 04:58.

QUINTANA, Ana Carolina; HACON, Vanessa. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão**.

RAMPAZZO, Sônia Elisete. A QUESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p. 197-222, dez. 1996.

ROJAS, Couto Berenice. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **TÉCNICA ESPAÇO TEMPO** Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec. 1994.

SCHONS, Selma Maria. A questão ambiental e a condição da pobreza. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 70-78, jan/jun. 2012.

SILVA, Maria Oliveira. **A Política Nacional de Resíduos Sólidos: limitações na relação entre catadores e poder público municipal na Zona da Mata-MG (2000 2017)**. 142p. Dissertação (Mestrado, Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

SILVAa, Andréa Lima. . ?O FUTURO QUE NÃO QUEREMOS?: ANÁLISE CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA ECONOMIA VERDE NO ÂMBITO DA RIO + 20. Nota Técnica. CFESS. 2013a.

TEODORO, F.C; TORRES, G. C. T. A relação entre a sociedade de consumo e o meio ambiente, um desafio contemporâneo. In: Keila Pacheco Ferreira, Joana Stelzer.(Org.). Direito, globalização e responsabilidade nas relações de consumo. Florianópolis: CONPEDI, 2015, v. 1, p. 137-153.

APENDICE
QUESTIONÁRIO

DADOS PESSOAIS

1. Nome: _____
2. Sexo: Masculino () Feminino ()
3. Cidade de origem: _____
4. Em que bairro o senhor (a) reside? _____
5. Idade: 22 a 29 () 31 a 39 () 42 a 48 () 50 a 53 () 60 ou mais ()
6. Religião: Católico() Evangélico() Matriz africana() Espírita() Outros()
7. Cor da Pele: (autodeclaração)
 Preta () Parda () Branca () Amarela ()
8. Estado Civil: Casado(a) () Solteiro(a) () União estável () Divorciado(a) ()
9. Grau de Escolaridade:

(<input type="checkbox"/>) Analfabeto	(<input type="checkbox"/>) Ensino médio incompleto
(<input type="checkbox"/>) Fundamental incompleto	(<input type="checkbox"/>) Ensino médio completo
(<input type="checkbox"/>) Fundamental completo	(<input type="checkbox"/>) Superior incompleto
(<input type="checkbox"/>) Superior completo	
10. Tem filhos? Sim () Não ()
11. Se sim, quantos? _____
12. Quantas pessoas residem com você? 1 a 3 () 4 a 6 () mais de 7 () Nenhum ()
13. Condição do imóvel de residência: Próprio () Alugado () Cedido ()

DADOS DA FAMÍLIA

14. Qual era ou é a profissão exercida pela sua esposa? _____

15. Algum de seus familiares já trabalhou com reciclagem? () Sim () Não

16. Quantas pessoas da família trabalham no beneficiamento/coleta da reciclagem ?

TRABALHO

17. Você já exerceu outra atividade profissional com carteira assinada antes do trabalho como catador? Sim () Não ()

18. Se sim, qual? E onde?

19. E porque saiu do trabalho anterior?

20. O senhor já trabalhou na zona rural, na agricultura?

21. O senhor já trabalhou como camelô, vendedor na rua ? Fazia o que?

22. Quando surgiu a ideia de coletar material reciclável? E a quanto tempo o(a) senhor(a) realiza esta atividade?

23. Quais as habilidades necessárias para ser catador ?

24. O senhor acha que a pessoa precisa ter força física para trabalhar como catador? Por

que? 25. A que horas o (a) senhor(a) acorda para coletar material reciclável ? _____

26. Como é seu dia a dia de trabalho? Descreva passo a passo.

27. O senhor (a) trabalha quantas horas por dia beneficiando/coletando os materiais? _____

28. E quantos dias por semana? _____

29. Qual o material reciclável mais encontrado durante a coleta?

30. Qual o material mais valorizado na coleta?

31. E qual você gosta mais de coletar? Por que?

32. Qual o material que o atravessador mais compra?

33. De que forma o(a) senhor(a) transporta o material reciclável? Como adquiriu esse transporte?

34. Como o senhor (a) faz a comercialização dos materiais coletados?

35. Qual o horário em que o senhor(a) mais encontra material reciclável?

36. Quantos dias por semana o(a) senhor(a) realiza a coleta/beneficiamento do material reciclável?

37. Aonde o (a) senhor(a) armazena o material reciclável coletado?

38. O(A) senhor (a) conhece outros catadore(a)s?
39. O(A) senhor(a) já fez uso de algum produto ou alimento encontrado durante a coleta de materiais?
40. O senhor (a) vive apenas do trabalho de reciclagem?
41. Como o senhor chama esse trabalho que o senhor faz?
42. O senhor tem vontade de deixar esse trabalho? Sim Não – porque?
43. Tem algum período do ano em que a coleta de materiais recicláveis proporciona um renda melhor?
44. Quantos quilos de material o(a) senhor(a) consegue juntar para vender mensalmente?
45. Você consegue suprir as necessidades básicas da família com os valores adquiridos com a reciclagem?
46. Qual a renda aproximada alcançada com a reciclagem?
47. Você já trabalhou em cooperativa? Tem alguma ideia de como funciona.?

SEGURANÇA/SAÚDE

48. Já ocorreu algum acidente com o (a) senhor(a) durante o beneficiamento/coleta dos materiais recicláveis? Se sim, como foi?

RECONHECIMENTO SOCIAL

49. O (a) senhor(a) sente que a população apoia o trabalho que é realizado? Se sim, apoia como?
50. Já houve por parte da prefeitura algum apoio ao trabalho que o (a) senhor (a) realiza?
51. A (o) senhor (a) já sofreu discriminação por conta da atividade que exerce? Se sim. Como foi?
52. A comunidade cachoeirana colabora para seu trabalho separando materiais recicláveis?
53. O senhor (a) acha que a cidade de Cachoeira recebe bem seu trabalho? Como o senhor percebe isso?
54. Para o (a) senhor (a) seu trabalho contribui com a comunidade? Por quê?
55. O senhor acha que poderia ser feito o que para melhorar seu trabalho?
56. Por fim, o senhor se acha invisível na sociedade? Sim () Não()
(explique)PROTEÇÃO SOCIAL

57. O (A) senhor(a) contribui ou contribuiu para a previdência social/INSS? Sim () Não ()

58. O (A) senhor(a) recebe algum Benefício Social? Sim () Não ()

59. Se Sim, qual? Bolsa Família () Benefício de Prestação Continuada () Outro ()

60. É atendido em alguma instituição de assistência social ou psicossocial?

61. Se sim. Qual? CRAS () CREAS () CAPS () Outros _____